

INTRODUÇÃO

Em 1987/88 levei a cabo um trabalho de investigação sobre o Palácio da Independência, para a cadeira de Teoria da História, na Universidade Lusíada, sob orientação desse querido Mestre e Amigo que é o Professor Fernando Castelo-Branco. Logo nesse ano, a então nova Direcção presidida pelo Senhor General Themudo Barata, quis que este trabalho sobre o Palácio – sede da Sociedade Histórica da Independência de Portugal fosse publicado. E assim, pela mão de um Homem grande que sabe dar lugar aos novos vi surgir o meu primeiro livro.

Alguns anos depois, após o desentaipamento de um arco de características góticas na muralha fernandina, voltei ao estudo deste Palácio, fazendo uma análise crítica dos novos elementos, desta vez para o trabalho de seminário de final de curso, orientado pelo Senhor Professor Doutor Luis Morais Teixeira, que mais tarde me deu a honra de ter vindo a ser também o orientador da minha dissertação de Mestrado em História da Arte e, actualmente, da minha tese de Doutoramento.

Deste modo, o trabalho aqui publicado não é uma segunda edição do livro de 1988, mas antes um somatório de investigações de vários tempos acerca do Palácio e da sua evolução arquitectónica, relevando-se os principais acontecimentos de que foi palco, até à criação da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640, que vem a ser a actual Sociedade Histórica da Independência de Portugal, instituição que ocupa nos dias de hoje esta casa na sua totalidade. Também a descoberta de um arco de características góticas, de grandes dimensões, ao fundo dos seus jardins, veio a alimentar a hipótese de corresponder a uma das portas de Santo Antão, que foram das principais que Lisboa teve durante vários séculos e, por isso, assunto merecedor de uma atenção especial nesta publicação.

NOTAS HISTÓRICAS

Em 1147, D. Afonso Henriques conquistou Lisboa, auxiliado por Cruzados que se dirigiam à Terra Santa. Alguns deles ficaram em Portugal ajudando na defesa dos territórios conquistados e no seu povoamento. Um deles, de naturalidade inglesa, inicialmente com o nome de “Liberche”, adquiriu depois o nome de Almada, provavelmente devido à acção que teve na tomada do castelo dessa localidade (1). Teve geração e da sua descendência saíram homens que se notabilizaram em feitos de vária ordem ao longo da História de Portugal.

Entre eles, Joanne Annes de Almada, que se crê ter vivido cento e dezanove anos, foi ano de D. Afonso IV, General do Mar, Embaixador às Cortes da Alemanha e Aragão e capitão-mor de Portugal e do Algarve (2). Antão Vasques de Almada é referenciado por Fernão Lopes como um dos heróis da batalha 1385, próxima de Aljubarrota (3); Pedro Vaz de Almada, que esteve na tomada de Ceuta e, tendo participado em França na Guerra dos 100 Anos, recebeu do rei de Inglaterra a Ordem da Jarreteira (4); D. Álvaro Vaz de Almada combateu ao serviço de Inglaterra em França, tendo tomado acção importante na conquista da cidade de Avranches, 1421, o que lhe valeu o título de Conde de Avranches e também a Ordem da Jarreteira (5). Veio a morrer em Alfarrobeira, 1449, ao lado de seu grande amigo, o Infante D. Pedro (6). Do seu segundo casamento com D. Catarina de Castro tiveram a D. Fernando de Almada, o primeiro possuidor das casas que vieram a dar origem ao actual Palácio da Independência.

A primeira notícia da existência de casas da Família Almada na zona do Rossio data de 27 de Junho de 1467. Através de uma escritura de venda, o fidalgo Nuno de Barbudo e sua mulher vendem a parte que tinham numa propriedade que haviam herdado de Bolindim de Barbudo. Os compradores são Dom Fernando d’Almada, Capitão-Mor de Portugal e sua mulher Dona Constança de Noronha. As casas “*partem com muro de trás e com chaão do conselho e com chãao do Cabido e com Rosio e mais confrontações(...)*” (7)

Pela descrição pode verificar-se que, nesses tempos, ainda os Almada não tinham qualquer propriedade naquela zona, uma vez que isso não é referenciado (terão adquirido, pouco tempo depois, a outra parte da herança de Bolindim de Barbudo a sua filha, Isabel de Andrade – mas disso não há documentos).

Segundo Pastor de Macedo, esta localização refere-se a: “muro de trás”- muralha Fernandina; e “chaão do concelho” à Rua das Portas de Santo Antão; o Rossio será certamente o Largo de S. Domingos.

Não são dadas, no entanto, quaisquer referências ao tamanho nem ao aspecto das casas. Supõe-se, no entanto que, inseridas no espírito da época,

seriam casas austeras, feitas à volta de um pátio (fonte de luz para o interior). As casas desta época eram edifícios que se desenvolviam à volta de um pátio de carácter privado, para onde dava uma capela, um núcleo de serviços (talvez as casas que davam para as Escadinhas da Barroca) e outro habitacional (a zona do 1º andar). Por hipótese, identifica-se o pátio privativo com o actual pátio interior, situando-se provavelmente a capela a norte do referido pátio.

Em 4 de Setembro de 1509 é celebrado um “contrato de trespassamento” de um chão que Garcia de Siqueira tinha aforado à Câmara que passa para Dom Antão d’Almada. Diz o documento: “(...) *um chão que é acerca da porta de Santo Antão o qual era de longo ao longo da parede do curral e antre das casas do dito Dom Antão doze braças de craveita (24,4m) e de largo duas (4,4m) e partia de uma parte com a dita parede do dito curral e da outra com rua pública e da do norte com o chão da dita cidade que é antre as casas que foram do dito Garcia da Siqueira e da parte do sul com o Rocio da dita cidade (...)*”.

De um documento, datado de 6 de Setembro de 1684, conseguem-se apurar as medidas do aforamento feito pelos Almada em 4 de Setembro desse ano de 1509: «(...) *da banda do levante partem com cerca as casas do dito Senhor Dom Fernando e parte mais da dita banda do levante com huma testada da calçada que sobe para cima ao longo das suas casas para a porta e serventia delas e da dita banda ao longo das ditas casas cerqua e afastada tem de comprido vinte e quatro varas (26,4m) e da banda do sul partem com Rocio que per outro nome se chamou adro de Sam Domingos e da dita banda ao longo do dito adro tem de largo vinte e quatro varas (26,4m) e da banda do poente parte com rua pública direita que vay ter às portas de Santo Antão e da dita banda ao longo da dita rua tem de largo, diga, tem de comprido outras vinte e quatro varas (26,4m) e da banda do norte partem com casas de Beatriz Pires de Montarroyo e com serventia e fica entre este chão e hum alpendre que esta diante dellas e da dita banda ao longo das ditas casas e serventia e tem de largo outras quatro varas(4,4m) e dentro desta medição está dentro hum alpendre de madeira(...)*”

No mesmo ano, no dia 19 do mês de Novembro, Thomas Jacome, procurador de Dom Antão, diz ao Juiz que “*os senhores vereadores e procurador e oficiais da camara desta cidade do anno presente fizeram ora novamente hum trespassamento lhe mandasse dar posse do dito cham a elle dito Thomas Jacome em nome e como procurador que era do dito capitam(...)*”.

Não foi possível, através destas medidas de localização, situá-las no contexto actual do Palácio. Apenas se depreende que sejam terrenos junto ao Largo de S. Domingos à frente das casas já existentes. Com esse

aforamento terão ficado assim os Almada com um terreiro privado de ligação entre os dois portais manuelinos.

Após a concessão do foro destes chãos devem ter-se realizado grandes obras no Palácio, certamente ligadas às campanhas de obras efectuadas em toda a zona do Rossio, nessa época (nomeadamente, Hospital de Todos-os-Santos e remodelação dos Estaos).

Por outro lado, é provável que, mais tarde, as casas tenham ganho um muro alto servindo de frontaria, integrando assim o espírito de interiorização e de defesa do mundo exterior, característicos da época.

Em 1546 é feita uma escritura em que Dom Fernando d'Almada se compromete a comprar a sua mãe, Dona Maria de Menezes, as casas do Rossio, para as vender posteriormente ao Barão do Alvito (venda que não se chegou a realizar). Por uma segunda escritura, dão-se a conhecer as confrontações das casas: “(...) *estando ella Snõra a esto presente loguo por ella foy dito que hera verdade que por faleccimento do dito sñr (capitão dom amtam) seu marido que deus aja lje ficaram a ella sñora legitimamente o seu quinhã das ditas casas todas de alto a baixo com seus quintaes que de dentro dellas estam os quaes quitaes e hua casa de vidrassa he foreiros ao cabydo da see desta cidade em vidas e por ho dito sñr seu (marido) a nõ nomear segundo a forma de hordenaçam ficara ao sñr dom Fernando dallmada seu filho mayor e asy mais tem huu chão de fora delles ao lomguo da rua que vay do Rosyo pera a porta de santo amtam foreiro aa camara desta cidade amfatiota e parte de hua parte das ditas casas e terreiro dellas com o dito chão e rua da outra com o Rusyo e adro de sam dominguos e da outra rua que vay pera ho chão de dom amrique (Escadinhas da Barroca) e com outro quitã della senhora e nõ entra nesta vemda e da outra parte com os ditos seus quintaes que estam demtro dellas e com casas da rua derecha da dita porta de sancto amtam e com mais confrontações com que de dereito devam partir(...)*”.(8)

Este documento, além de confirmar as ideias apresentadas sobre a localização das casas, mostra também a existência de um terreiro em frente às casas.

O documento nº 183, existente no Arquivo da Casa Almada, transcreve um termo de medidas que consta ter sido elaborado em 20 de Novembro do ano de 1561 e que nos dá mais alguns elementos: “ (...) *as cozinhas e alpendre de Beatriz Pires de Montarroyo veuva contheudaz no (...) e as mandar medir e confrontar (...) hum aforamento pela madeira seguinte da banda do norte parte com casa della Beatriz Pires de Montarroyo freiraz dozpihtal e da dita banda ao longo dela tem de largo quatro vars escassas (4,4 m) e da banda do levante partem com torre daz cazas de Dom Fernando d'Almada capitão desta cidade e da dita banda ao longo della tem de comprido sinco varas e meya (6,05) e da banda do sul partem com praça pública e chão da cidade que raz o dito Dom Fernando*

d'Almada e da dita banda tem de largo outras varas escassas (4,4 m) e da banda do poente parte com alpendre da cidade que traz aforado Diogo Moreyra e da dita banda e ao longo da (...) tem de comprido outras cinco vars e meya (6,05 m) a qual medisão se fez pelo (...)”.

Importantes informações no campo das confrontações e medidas nos são dadas através de um documento existente no Arquivo da Casa Almada, provavelmente do ano de 1751, mas respeitante a um contrato de empraçamento de 19 de Fevereiro de 1573: «(...) *hum quintal que da parte do norte confronta com muro da cidade (Muralha Fernandina) e tem 17 varas (18,7m), e ao longo do muro tem hum posso com nora da parte do poente (foi junto deste poço que se construiu a casa que em 1640 serviu para nela se efectuarem algumas das reuniões dos conspiradores) e hum tanque da parte d sul do dito muro; e da parte do sul confronta com humas casas do dito D.Fernando que estão apartadas da parte da Barroca onde esta hum oratr^o e com serventia no dito pateo que está entre as casas grandes, e as outras do Cabb^o e tem dezanove varas e hum palmo (21,12m); e da parte do levante confronta com huma Barroca que está por baixo de huns chãos que são do dito D.Fernando que antigamente foram do Adyado(...) e tem trinta e duas varas e meia (35,75m); e da parte do poente confronta com paredes, casas, e quintaes da Rua Direita, que duas dellas são do Cabb^o, humas que foram de Egas Monis, e as outras de Joana Rodrigues que ora traz Gaspar Pacheco, e tem 28 varas e meia (31,35m). = Mais outro quintal que da parte do norte parte com o sobredito orat^o, e porta de serventia para o outro quintal de dentro, e tem 8 varas (8,8m); e da parte do sul confronta com as casas do dito D.Fernando, e tem 12 varas (13,42m) e hum palmo; e da parte do levante confronta com muro que sustenta o outro quintal do dito D.Fernando, e tem 14 varas e 2 palmos (15,84m); e da parte do poente confronta com casas do Cabb^o. e com casas do dito D. Fernando, e tem 12 varas e meia (13,75m). = Item huma casa que está dentro nas casas do dito D.Fernando que da parte do norte confronta com o Pateo sobredito para onde tem huma janela de couce com grade de ferro, e tem por dentro medindo em vão 20 palmos (4,4m); e da parte do sul confronta com casas do dito D. Fernando e tem 23 palmos (5,06m); e da parte do levante confronta com quintal do Cabb^o, para onde tem huma janela com grades de ferro, e tem 3 varas (3,74m) e dous palmos; e da parte do poente confronta com outra casa do dito D. Fernando e tem 3 varas e meios (3,85m), e porque diferença entre as medições velhas ao que agora se achou ao fazer desta medição e não havia pessoas que pudessem saber dellas, elle juiz do tombo deu juramento ao dito D. Fernando que declarasse se o pedaço de chão que está ladrilhado entre o quintal e a casa do Cabb^o, se era também do Cabb^o, disse não sabia disso nada, que se reportava as escripturas que somente lhe parece, e al não declarou. = Tres propriedades, hum quintal grande com figueiras*

que é de longo desde o muro da cidade até às casas do dito capitão 28 varas e meia (31,35m), e de largo desde a parede que entesta com as casas da Rua Direita que vai para as portas de Santo Antão até a Barroca que ... o chão do Adayado dezanove... do qual pagava(...).=Item mais o quintal das laranjeiras que intesta com a sala, que é de comprido 13 varas e meia (14,85m), e de largo 8 varas (8,8m) da parte do quintal grande, e da parte da sala dez varas (11m); do qual pagava (...)=Mais huma casa que foi de Beatriz Pires, é do poente ao levante quatro varas e dous palmos (4,48m), e do norte ao sul 3 varas e dous palmos (3,74m), da qual pagava (...), e de todas tres propriedades (...), e acrescentou (...) que ficou pagando 400 e 4 capões.

No livro 35 dos emprazamentos que está no Armário do Archivo da Basilica, a flh.114, está o emprazamento feito ao sr. D.Lourenço de Almada do prazo nº222, de que só paga de foro por Natal 1600 por foro de dinheiro e capões; o emprazamento fez-se em Julho de 1672 e pagava segundo elle mesmo confessou 1500 por anno»(9).

Pelas medidas apresentadas no anterior documento, conseguiu-se identificar razoavelmente o quintal grande, que tinha figueiras, com o actual espaço dos jardins do Palácio. No entanto, esses terrenos confrontam, a Nascente com terrenos já propriedade dos Almadás.

O segundo quintal, que tinha laranjeiras, supõe-se que ocupasse um espaço semelhante ao actual pátio interior. Este quintal entestava com um oratório, o que se supõe ser uma sala num espaço a Norte no pátio interior. Note-se que as obras de 1940 modificaram complementemente o aspecto e as dimensões do pátio.

Já a sala, que foi de Beatriz Pires, é muito difícil saber a sua localização exacta.

A Restauração de 1640 e o Palácio

Diz-nos Manuel Severim de Faria, na sua obra “Relação do que sucedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente desde Março do ano 1640 até Fevereiro 1641”: “Persistião com grande vehemancia os Castelhanos em mandar ao Duque de Bragança que fosse a Catalunha, e ao Marquês de Ferreira e Conde de Vimioso e a outros que fizessem o mesmo. Esta intenção tão repetida fez entender que o chamamento não era para a guerra, senão para tirar de Portugal todos os Grandes e Nobres, ou lhes dar a morte na Guerra da Catalunha, ou na prisão de Madrid, de modo que não tornassem mais a este reyno”.(10)

Em princípio de 1639, numa tentativa de neutralizar o poder do Duque de Bragança que vivia em Vila Viçosa enviam-lhe de Madrid uma nomeação para o cargo de Governador de Armas do Reino. Segundo o Conde Ericeira, esta nomeação pretendia mostrar aos portugueses o duque de Bragança como vassalo de Espanha, e era também, provavelmente, um caminho para a sua futura prisão logo que fosse oportuno.(11)

Em Junho desse mesmo ano vem então o Duque a Lisboa apresentar cumprimentos à Duquesa de Mântua e comunicar-lhe que estava levantando tropas no País, conforme as ordens do Filipe IV. Na sua passagem por Almada, o Duque é procurado por alguns nobres que lhe revelam a ideia de uma conjura, em relação à qual D.João se mostra acautelado – a sua posição não era a de “um chefe de uma revolta, mas a figura a quem cabia exercer a realeza”, salienta Joaquim Veríssimo Serrão.(12)

Reúne-se então a primeira junta de conjurados em casa de Jorge de Melo, em Xabregas, onde, além dele, estiveram D.Antão de Almada, D. Miguel de Almeida e Pedro de Mendonça Furtado. Ali foram lançadas as primeiras linhas da revolta.(13)

A partir daí a conjura foi tomando maiores proporções. A rebelião que rebentara na Catalunha, no dia de Corpus Christi, veio dar ainda mais peso aos ânimos patriotas. À conjura aderem, entretanto, D.Rodrigo, Arcebispo de Lisboa, com alguns parentes e amigos, e o deputado do Santo Ofício, Doutor Estevão da Cunha. Junto do povo foi actuando o Padre Nicolau da Maia, de forma discreta, pois qualquer informação que transpirasse faria perigar toda a empresa.

A 12 de Outubro reúnem no Palácio dos Almadás, os conjurados, D.Antão de Almada, António de Saldanha, Jorge de Melo, Francisco de Melo, D.Miguel de Almeida, Pedro de Mendonça e João Pinto Ribeiro, procurador da Casa de Bragança em Lisboa.

Reuniram-se os fidalgos num pavilhão com assentos de pedra, ao fundo do jardim do Palácio, próximo de uma fonte cinzelada bem ao gosto do século XVI. Este pavilhão tinha a vantagem de estar perto de uma escada que ia ter ao mirante, onde existia uma porta escura que comunicava com o Monte de Sant’Ana e com a cerca das comendadeiras da Encarnação. Esta porta permitia uma entrada secreta aos conspiradores e o isolamento do pavilhão descoberto impedia que pudessem ser espreitados sem que o pressentissem.

Diz-nos Rocha Martins n' “Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal”: “Os rumores da baixa calavam-se cedo, mesmo quando havia comédia. O Palácio da Inquisição era soturno, apagavam-se as luzes no Convento de S.Domingos e, se alguma claridade vagueava, vinha do Hospital de Todos os Santos, onde a roda recebia enjeitados ali depostos de fugida pelo embreado da noite. O caminho para Sant’Ana tomava-se por

diversos lados: das bandas da Mouraria e, de cima, por duas betesgas. Lisboa envolvia-se na sua grande calada; e, se aparecia alguma ronda, fazia-se de molde a chamar as atenções pelo soar dos passos pesados”.(14)

Eurico Gama, conservador do Museu de Elvas em 1968, refere que “a senha dos conspiradores consistia em um pequeno canudo de prata, de uns oito centímetros de comprimento e dois de diâmetro. Em uma das extremidades tem uma mola de segredo, a qual, comprimindo-se faz destapar o canudo em um dos topos, e aparecer uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição, que D.João IV viria a honrar como padroeira de Portugal.”(15)

Na reunião de 12 de Outubro deliberaram os conspiradores o modo prático da realização dos seus intentos. Propuseram então a João Pinto Ribeiro que fosse a Vila Viçosa dar notícias ao Duque, mas ele recusa, alegando o facto de estar ao seu serviço como funcionário e, por isso, não ser a pessoa mais qualificada para tal missão. Decidiu-se então que iria Pedro de Mendonça. Este faz uma paragem em Évora onde se certifica do ânimo dos fidalgos daquela região – o Marquês de Ferreira e o Conde de Vimioso – e das suas gentes, depois parte para Vila Viçosa onde expõe a D.João o desejo dos fidalgos em restabelecer a independência portuguesa, coroando assim o Duque de Bragança. Aconselhando-se junto das duas pessoas que mais próximo tinha – a sua mulher, D.Luísa de Gusmão e seu secretário, António Pais Viegas – ambos foram unânimes na opinião de que D.João deveria aceitar o que lhe era proposto. De sua mulher ouviu, segundo o Conde de Ericeira, que “mais vale morrer reinando do que viver servindo”(16). Pedro Mendonça envia a boa nova para Lisboa.

Entretanto vai João Pinto Ribeiro ao Paço Ducal dar conta a D.João dos preparativos, encontrando o Duque convicto e decidido. De lá volta a Lisboa, onde chega a 24 de Novembro, sendo portador de duas cartas: uma para Pedro de Mendonça e outra para D.Miguel de Almeida, o conspirador de mais idade. Logo nessa noite, nova reunião teve lugar no Palácio dos Braganças onde vivia João Pinto Ribeiro.

No dia seguinte, em casa de D.Antão de Almada, foi aprovado o dia 1 de Dezembro para a revolta.

Assim, segue a 26 uma carta para Vila Viçosa, dizendo que “no dia 1º de Dezembro se havia de resolver o negócio dos foreiros de Santarém” – com esta mensagem só quem soubesse do segredo a decifraria.(17)

Entretanto, continuam as reuniões no Palácio Almada onde se estabelecem os preparativos para o dia decisivo. Assim, optam por assaltar o Palácio Real, pois o Castelo seria obra mais difícil. Após o êxito no Palácio mais facilmente se partiria para os outros pontos fulcrais. É também decidida a morte de Miguel de Vasconcelos, por ser considerado um acto político necessário.

A 28 de Novembro, novamente nos jardins dos Almadás, é feita a distribuição dos bairros pelos indivíduos capacitados para convocar os moradores. Assistia a essa junta, pela primeira vez, D.João da Costa, jovem fidalgo bastante considerado pela sua sensatez. Após escutar o que se planeava, D.João da Costa expõe aos outros presentes que a empresa em que se estavam a empenhar era, por motivos vários, demasiado precipitada pois, segundo o fidalgo, facilmente seriam esmagados pelas forças espanholas, uma vez que há muito o País vinha sendo reduzido de gentes, armas, cavalos e dinheiro. Por outro lado, alegou ainda uma provável inexperiência militar na pessoa do Duque de Bragança, o que muito dificultaria uma defesa posteriormente necessária. O discurso de D.João da Costa atingiu tal influência que os conjurados desanimaram e decidiram adiar o que estava previsto para o 1º de Dezembro.

Informando João Pinto Ribeiro do sucedido na reunião, pesou os problemas adviriam de uma adiamento da sublevação e, após ter enviado um aviso ao Duque, rogando-lhe que suspendesse tudo o que estava combinado, não se conformou com a ideia e decidiu actuar.

Assim, logo pela manhã, enviou a D.Miguel de Almeida uma indicação de que fosse a casa de D.Antão, ao mesmo tempo que ele se deslocava ao Palácio de Xabregas onde empregou todas as razões para a empresa ser outra vez levada por diante. Uma vez que o segredo era já conhecido de tanta gente, seria certamente desastroso que agora estagnasse. Entretanto, Pinto Ribeiro enviou para Vila Viçosa a notícia de que se retomava o projecto.

Desfeita então a perturbação, reuniram os conjurados pela última vez nos jardins do Palácio Almada, nessa sexta-feira, 30 de Novembro. Foi então decidido que os conspiradores se juntariam, na manhã do dia seguinte, no Terreiro do Paço, saindo todos dos seus coches pelas 9 horas, passando então ao assalto.

No 1º de Dezembro de 1640, a Revolução rapidamente se alastrou por toda a cidade de Lisboa, não tendo havido confrontos de importância. Os envolvidos na conjura tomaram cada um os cargos que lhes tinham sido distribuídos(18). A D.Antão de Almada coubera a retenção da Duquesa de Mântua em aposentos no Paço, tendo a sua acção sido dificultada pela resistência que a Duquesa lhe opôs.

Mas conseguiu D.Antão “arrancar pela intimidação à Duquesa de Mântua uma ordem para D.Luiz del Campo, Tenente do Mestre General D.Diogo de Cardenos, não fazer movimento algum(19). Conseguiu deste modo D.Antão a rendição do Castelo de S.Jorge e da sua guarnição composta por 500 homens no dia seguinte.

* * *

Em 6 de Outubro de 1648, D.Lourenço de Almada, pensando ampliar as suas casas, pede à Câmara que lhe aforesse o chão necessário para endireitar as suas casas: “(...) *das casas do dito D.lourenço d’Almada aonde está ho ferrador antre as casas que ficam da banda do norte onde está um corredor e acha o dito medidor aver vinte varas (22 m) em cunhal e logo mandaram medisse a frontaria das ditas casas que fica pera ho adro de Sam Domingos e achou do cunhal onde est’ho ferrador antre o cunhal que fica na rua da Barroca aver trinta e tres varas e meya (36,85 m) e logo mandaram medisse o cham da parede das ditas casas antigas antre o longo das casas de uma venda que são de António Joam tem des varas (11 m) de longo e fica a rua de quarenta e oito palmos de largo (10,56 m) e em baixo onde está ho ferrador ficando a rua da mestra de quarenta e oito palmos (10,56 m) fica o dito D.Lourenço d’Almada de quatro varas (4,4 m) de largo que são as que tem o cham foreiro e fica somando confina junto às casas seis varas (6,6 m) de largo fora as quatro (4,4 m) aforamento da cidade e em baixo junto ao ferrador não toma mais que as quatro varas (4,4m) a qual medição foi feita por João Luís medidor das obras da cidade (...)”.*

Embora o assunto tenha sido começado a tratar nesta altura, só em 1713 é efectuada a entrega dos terrenos à Família Almada. Em 1688, D.Lourenço d’Almada ocupa um cargo no Governo da Ilha da Madeira, o que terá provavelmente contribuído para o atraso de todo o processo – além da Madeira, D.Lourenço também ocupou cargos em Angola e no Estado da Baía, no Brasil(20).

A 15 de Novembro de 1686 é exarado um despacho pelo Rei D.Pedro II em que é dito: «*O Senado aforesse ao supplicante o cham que lhe for necessário para endireitar o seu edifício com tanto que não exceda a botar mais fora o seu cunhal da correspondência da rua que vem das portas de Sancto Antão e do cunhal das casas da António Joam ao qual se deixará para a serventia das suas casas duas varas (2,2m) de largo em toda a distância dellas, com que se evita o prejuízo mayor que podia ter a não ser de consideração o da vista que alega pois lhe fica salva toda ella pelas outras que tem para a rua larga. Lisboa quinze de Novembro de seiscentos outtenta e seis*”(21).

Estas 2 varas, que os Almada são obrigados a deixar em espaço livre na extremidade das suas casas, ainda hoje se podem verificar: ao longo da Rua das Portas de Santo Antão, nota-se uma descontinuidade flagrante entre o Palácio e a construção seguinte, uma vez que há uma fachada de apenas cerca de 2 metros que separa a casa dos Almada do outro prédio.

Para o mesmo assunto, em 15 de Março de 1691, é feita uma medição (...) *parte da banda do norte com serventia das casas de António João e outras vizinhas e tem por esta banda ao longo desta seis varas (6,6*

m) de largo e pela banda do nascente parte com chão deste Dom Lourenço d'Almada foreiro da cidade e tem por esta banda ao longo dela dezouto varas (19,1 m) de comprido pela banda do sul parte com chão público e adro de S.Domingos e por esta banda não tem largura que morre em ponta aguda e pela banda do poente parte em rua pública das portas de Santo Antao e tem por esta banda ao longo desta dezouto varas (19,1 m) de comprido e ficara a rua das portas de Santo Antao de quarenta e outo palmos e meyo (10,67 m) de largo assim em baixo como em cima a qual medição foi feita por João Luis medidor das obras da cidade(...)"(22).

Em 30 de Março de 1694 é feita uma consulta da Câmara ao Rei sobre o assunto; “(...) Lourenço d'Almada no Rocio e outras muitas pessoas pede a este Senado lhes faça mercê de lhe aforar o dito chão pelo fôro que parecer justo”.

Em 1713, a 31 de Maio, é feita uma consulta sobre o aforamento que Dom Lourenço d'Almada pretende no Rossio. A 22 de Novembro desse ano é feito então o aforamento. “(...) tem à frente da Rua das Portas de S.Antão 31 palmos e um quarto (6,88m), descontando o recanto onde está o ferrador e tem 18 palmos (3,96m) de largo estrocendo pela frontaria e mais adiante onde está o cunhal de pedra ao pé do ferrador tomace do público 29 palmos (6,38m) e tem de comprido a frente 190 palmos (38m) e neste ponto fica a rua que vem das Portas de S.Antão de 46 palmos e três quartos (10,28m) de largo em ponta aguda no cunhal que está na Calçada da Barroca e assim se manda fazer”. Conforme consta no livro II do Registo de Consultas de D.João V.

Se a localização das casas de António João é fácil de identificar, já o mesmo não acontece com a casa do ferrador, que é também referenciada nos documentos – o que dificulta assim a identificação de algumas medidas mencionadas. Os 190 palmos de frente, por seu lado, correspondem à medida da actual fachada principal.

Através deste aforamento de 1713, a Família Almada adquire assim o terreno para a construção da ala Sul e da ala Poente do Palácio. Estas duas alas vêm a construir partes novas do Palácio, sendo bem visível a demarcação entre esses dois corpos e o corpo Norte e o Nascente, através dos telhados. Apenas uma sala no rés-do-chão, com janelas para a Rua das Portas de Santo Antão, dá a ideia de ter sido um aproveitamento de uma casa já existente.

O Terramoto de 1755 e o Palácio

Em 1755, uma vez que o Palácio sofreu poucos danos, ali foram recolhidos alguns doentes que se encontravam no hospital de Todos-os-Santos. Devido à esplêndida situação do edifício, em 10 de Junho de 1756,

Sebastião José de Carvalho e Melo envia um aviso do Presidente do Senado, em que diz que, devido à situação de perigo em que se encontra o Arquivo do Senado da Câmara, numa barraca no campo do Curreal, pretende o Rei que se tomem de aluguer as casas dos Almada e se reparem no menor tempo possível, para nelas se aguardar o Arquivo Municipal. No dia seguinte, 11 de Junho, um outro aviso é enviado ao Desembargador João de Sousa Caria, inspector da Junta de Depósito, ordenando que, devido à desordem no depósito público, provocada com o terramoto do ano anterior, este seria transferido para as casas dos Almada(23).

Em Abril de 1757, já há notícias do Depósito Público no Palácio Almada; porém, o Senado, ainda a 3 de Agosto do mesmo ano continuava no Campo do Curreal, apenas havendo a certeza de, em 5 de Maio de 1758, já estar a fazer as suas conferências nas casas de D. Antão(24). Mas foi por pouco tempo que o Palácio serviu de sede dos Paços do Conselho de Lisboa – em Dezembro de 1764 já se ordenava a sua mudança para umas casas da Rua da Madalena, tendo-se transferido em 1766.

A utilidade do Palácio foi ainda, por esses tempos aproveitada para sede do Tribunal de Relação, por decreto de 5 de Maio de 1758, tendo-se instalado na parte da frente do edifício, mas servindo-se, não da entrada natural ou principal, à direita, ao fundo do pátio interior, mas de uma entrada por escada exterior de madeira e que rematava na janela do extremo nascente-sul(25).

Assim, em Maio de 1758, estavam instalados no Palácio Almada: a Junta dos Depósitos Públicos; o Senado, com a sua secretaria, cartório e sala de conferências; o Tribunal da Relação, havia pouco tempo; e ainda a Junta das Audiências da Corte e da Cidade. Os quatro inquilinos ocupavam o andar nobre do Palácio, dispoendo a Relação de cinco salas, na frente e esquina sobre as escadinhas da Barroca; as audiências, duas salas sobre a rua das Portas de Santo Antão; cinco salas, e o Senado, outras cinco. No andar de baixo existiam dependências dos Depósitos. Supõe-se que no edifício habitassem também bastantes pessoas, talvez de famílias dos oficiais e guardas.

O Tribunal da Relação demorou no Palácio Almada bastante tempo, chegando a dar o nome ao largo fronteiro, que se designou por «Largo da Relação», denominação que encontramos, pela primeira vez, em 1775. Em 1809, ressurgue a denominação de «Largo de S. Domingos», embora nos dois ou três anos seguintes se empregassem, frequentemente, as duas designações.

* * *

Segundo um documento de 1774, do Arquivo da Família Almada, Ter-se-ão por esses tempos feito obras de embelezamento nos jardins – o referido documento é um requerimento feito ao Rei pelo Conselheiro

Manoel Quifel Barbarino, morador no Palácio Alverca, em que expõe os prejuízos que lhe originaram as obras feitas por D. Antão d'Almada no seu jardim. Por essa altura, certamente, terão sido colocados os painéis de azulejos alusivos à Restauração.

A 19 de Agosto de 1776 houve uma vistoria à muralha fernandina, devido a uma contenda entre o Conselheiro Manoel Estevão d'Almeida e Vasconcellos Rebello Quifel Barbarino(26) e D. Antão d'Almada. No documento, escrito a 4 de Setembro do mesmo ano, refere-se: “(...) *fazendo o dito exame pela parte de D. Antão d'Almada declaramos que dentro do seu jardim encostado à muralha tem hum posso de agoa com sua nora de que se serve para gastos de súa casa e recreyo do jardim e no angulo do lado poente junto ao posso vimos vazios vestígios adonde antigamente tinha hua escada de madeira por onde se servia para o terasso da dita muralha e alguns dos louvados se lembrão verem há muntos annos a sobredita serventia pelo uso que tinha de ir aquelle sitio e agora prezentemente na nova reforma que se fes no dito jardim se acha hua escada com degraos de pedra de encosto à muralha de baxo lanço até ganhar o terasso na parte mais bacha da dita muralha cuja escada no princípio della se acha fixada com hua porta adonde se não pode ir sem consentimento do governo da caza e logo no simo da dita escada se entra no terasso da dita muralha e como esta seja pública que vai subindo a vontade da rampa do monte com degraus munto antigos da erepção da mesma muralha por onde se serve o sup. D. Antão d'Almada em toda a largura do seu jardim e no fim desta o lado do nascente na maior altura da dita muralha faz hu patim o nivel de des palmos de comprido (2,2 m) por forma de varanda com hu parapeito em roda de sinco palmos de alto (1,1 m) donde recebe hua larga vista de mar e de terra (...)(27). O documento continua, dando opinião a vistoria ao usufruto da muralha pelos Almada, por estarem da banda de dentro dela.*

Neste documento é referenciado que os Almada, para alcançarem a muralha, serviam-se, em tempos, de uma escada de madeira. No entanto, é de considerar a existência de uma escada de acesso à muralha, uma vez que por lá terão descido alguns conjurados em 1640.

* * *

D. Antão José Maria de Almada, 2º Conde de Almada e mestre-sala de D. João VI e de D. Miguel (cargo hereditário na família desde o reinado de D. Pedro II), era oficial de Cavalaria quando rebentou a guerra entre os dois Irmãos Reais. Tendo seguido o partido de D. Miguel, foi feito seu ajudante de campo. A família Almada retira-se do Palácio do Rossio a 6 ou 7 de Julho de 1833, em vésperas da entrada das tropas liberais em Lisboa. Segundo a tradição os onze criados que não acompanharam a Condessa e

seus filhos, só não foram despedidos dois, por serem de absoluta confiança e que retiraram do Palácio vários objectos de valor e as melhores roupas da casa tendo, para o efeito, alugado um quarto na Rua de S.Tomé, para onde transportaram parte dos bens, outra parte foi levada pelos fiéis criados, para o Convento da Encarnação e para uma casa das vizinhas Escadinhas da Barroca. Assim, pratas e roupas escaparam ao saque feito depois pelas tropas liberais(28). Após a entrada do exército liberal na capital e, considerado o Conde de Almada como rebelde, foram confiscados os seus bens e o Palácio imediatamente utilizado para nele se instalar a «Comissão da Reforma Geral dos Estudos destes Reinos», conforme noticiou a Crónica Constitucional.

Desde esse dia 6 ou 7 de Julho de 1833 que os Almada não voltaram a habitar o seu Palácio de S.Domingos. Por um lado, a confiscação dos bens; por outro, a necessidade da família viver na província, onde os gastos são menores, para assim libertar a casa de alguns encargos tomados aquando das lutas civis. Ainda o desejo dos Almada, não residirem no Palácio até que o Rei que defendiam, ou um descendente seu, ocupasse o Trono Português, fizeram com que as suas casas, durante cerca de cem anos, fossem habitadas por entidades e gentes estranhas àquela família.

Um dos primeiros moradores que as casas tiveram após a entrada do exército de D.Pedro, foi Almeida Garrett. Notícias de Maio de 1834 falam-nos dum leilão do recheio da sua residência, situada no Palácio do Conde de Almada, por motivo da sua partida como encarregado de Negócios de Portugal em Bruxelas(29).

Ora, pelos tempos que iam correndo, tornou-se hábito da Acção Liberal servir-se de Igrejas ou Palácios despejados para aquartelar algum regimento ou instalar qualquer serviço ou estabelecimento oficial. Assim, a parte do Palácio ocupada por Almeida Garrettt esteve quase para ser ocupada pelo Regimento de Caçadores 2, transformando-se dessa maneira, em quartel.

A 2 de Janeiro de 1835 era levantado o sequestro feito ao Palácio(30).

Depois, até 1842, não se sabe quais as entidades ocupantes do Palácio ou se estiveram devolutas. Porém, nesse ano, a arrendatária era D. Luísa Maria do Carmo Silva e Abreu, viúva de Vicente de Castro Guimarães e mãe de Luís de Castro Guimarães, que também lá vivia, com sua mulher, D.Maria de Nazaré da Cunha Menezes, filha dos Condes de Lumiares(31).

Dado que D.Antão de Almada, em 1509, e D.Lourenço, em 1713, tinham aforado determinadas áreas de terreno à Câmara de Lisboa, por delas necessitarem para ampliação da sua propriedade, foi esse foro levado à praça em 5 de Setembro de 1877, e a então criada Comissão 1º de Dezembro decide arrematá-lo, pela importância de 491\$300 réis(32). Pela

mesma ocasião, ou pouco tempo depois, o conde D.Miguel de Almada cedeu à Comissão, livre de qualquer encargo, a antiga capela do Palácio e quarto que lhe ficava próximo, para ali ter a sua sede.

Voltemos agora um pouco atrás no tempo. Depois do falecimento de sua mãe, decorrido em 1863, Luís de Castro Guimarães não deverá ter continuado a permanecer no Palácio. Em Novembro de 1866, o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas ocupava a parte nobre do Palácio(33). Logo a seguir é o colégio Liceu Francês que lá toma lugar, vindo a permanecer durante alguns anos(34). Após a sua saída, outro inquilino ocupou o edifício: o Quartel General da I Divisão. Assim, no rés-do-chão ficavam todos os serviços de expediente e uma secção de telegrafistas, do lado das escadinhas da Barroca; os aposentos do General, bem como os dos seus ajudantes estavam instalados no andar nobre, a guarda aquartelava-se em barracas encostadas ao muro do lado nascente(35) mais tarde, nesse mesmo sítio, inaugurava a Comissão Central 1º de Dezembro uma escola para os alunos do Liceu Francês aprenderem o manejo das armas(36). Existe uma escritura de arrendamento entre os proprietários do Palácio e o Estado, de Março de 1890, em que se declara que o edifício é arrendado para ali se instalarem algumas dependências da Direcção Geral de Agricultura; não há, porém, conhecimento de terem lá chegado a instalar-se.

O Quartel General manteve-se no edifício ainda por longos anos, o que fez com que lá se tenham reunido, pela última vez, os Ministros da Monarquia, na madrugada de 4 de Outubro de 1910, sob a presidência de Teixeira de Sousa(37).

Saliente-se um episódio marcante na proclamação da República, passado no Palácio: na manhã de 5 de Outubro, interveio o encarregado dos Negócios da Alemanha, para negociar um armistício que, uma vez aceite, obrigava que fosse içada uma bandeira branca no Quartel General; porém, alguns revolucionários e a população, deduzindo erradamente que era a rendição total das forças fiéis ao Rei, ocuparam o Largo de S.Domingos aclamando a República, fazendo assim correr a notícia (falsa) de que se haviam rendido as forças fiéis a D.Manuel II. Deste equívoco resultou que parte das forças monárquicas também se convenceram da rendição, abandonando seguidamente as suas posições, deixando assim de fazer oposição ao regime republicano que se implantava. É um episódio caricato este, em que o Palácio onde se conspirou em 1640 para fundar a Dinastia Bragantina tenha assistido também a que, através duma bandeira branca, desfraldada numa das suas janelas, a dinastia fosse, em 1910, derrubada do Trono Português(38).

Com a saída do Quartel do Palácio, verificada pouco tempo após a implantação do novo regime o Palácio foi arrendado a vários inquilinos. No princípio da década de 30, os baixos do Palácio, na Rua Eugénio dos

Santos, eram ocupados pelo Café Comercial (que lá esteve entre 1924 e 1938) e pela mercearia A Paulistana. Em 1938, o café tinha ao lado bilhares, uma padaria e uma barbearia. Numa pequena dependência, no rés-do-chão, à esquerda, continuava a Comissão Central 1º de Dezembro. O 1º andar era ocupado pelos escritórios de Guerreiro Gala & C^a. (que ali se manteve até 1939) e pelos escritórios da Cooperativa Auto-Mecânica(39) . Grande parte da área do antigo jardim foi depois cedida às Companhias Reunidas Gás e Electricidade, que aí montaram uma transformadora eléctrica – a este respeito, vale a pena transcrever a descrição daquilo em que se transformaram os históricos jardins, feita por João Paulo Freire (Mário): «Sobe-se uma escada, atravessa-se um pátio, há mais três degraus e entra--se no antigo jardim. Na minha frente, um enorme barracão de tijolo. O que é? É uma coisa que custa a acreditar, mas que não há remédio senão aceitar. Um reforço da geradora central das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade! (...) Sigo por um corredor estreito, lamacento, entre o barracão e um muro alto do prédio vizinho. Ao fundo de uma porta tosca de madeira, e para lá da porta, a gruta, negra, suja, porca, depósito de lixo. Do tecto escorre uma humidade viscosa, repelente. Segue-se a sala histórica. É uma quadra, sem janelas, com o seu rodapé de azulejos, e à esquerda uma porta estreita, que comunica com a escada do mirante. Para não destranchar o conjunto, transformaram-na em depósito de portas velhas e bocados de madeira.

Pegado à sala da Conspiração, o caramachão dos azulejos. Lá os vi, sob a impertinente chuva d’este frio Janeiro de 1930, a três séculos do feito memorável que lhes deu origem. O que eu vi! O estado lastimoso a que aquilo chegou! No painel da direita, um terço dos azulejos já não existe. O do centro está todo picado. Mais uns anos de incúria e de desprezo e dele, nada se aproveita. Resta o da esquerda razoavelmente conservado ainda, ainda a tempo de o salvarem da ruína.

O painel do centro fica entre duas portas, estreitas, já sem tinta, apodrecendo à Chuva as suas mágoas de abandono. Por elas se entra na escada que conduz ao mirante (...) para lá dos azulejos, ao fundo do corredor, há outro cubículo, pequeno, sem janelas. É hoje um galinheiro. Sob o painel central existe ainda a célebre pia quinhentista, digna de melhor sorte e de mais altos destinos. E é tudo!

Eis a que está reduzido o mais glorioso padrão da Independência Portuguesa a uma sucursal das Companhias Reunidas do Gás e Electricidade, com lixo em volta a argamassar, na incúria e no desleixo, o brio duma Nação que não soube até hoje conseguir, como o mais elementar dos seus deveres – conservar, como relíquia sagrada, a casa onde tomou vulto e criou forma a ânsia da nossa Independência”(40).

Em 1925, fora construída uma sentina pública nos baixos do Palácio que foi, uma desatenção pelo local histórico em que foi feita(41).

Em 31 de Outubro de 1922, por ideia da Comissão Central 1º de Dezembro, o seu Presidente da Direcção, Senador Coronel Ramos da Costa, apresentou no Senado um projecto de lei em que o histórico edifício é considerado monumento nacional. Daí por diante, a Direcção da Comissão Central teve como objectivo primordial da sua acção a compra do Palácio feita pelo Estado e, quando se convenceu que a compra, devido a várias circunstâncias, não poderia ser feita como pretendia o projecto de lei do Coronel Ramos da Costa, não descansou enquanto não descobriu outro processo para efectivar a compra, a favor da Nação. Assim, nasceu então a ideia de se fazer anualmente uma emissão de selos comemorativos da Restauração da Independência de Portugal, cujas receitas reverteriam em favor da aquisição do Palácio. O selo da Independência de Portugal substituíra o selo normal, não sobrecarregando o público, porque os correios recebiam o valor da sua verba nas estações postais e era, simultaneamente, uma documentação anual dos vultos e factos mais importantes da nossa História – esta ideia veio a ter a aprovação do Parlamento, sendo oficializada através da lei 1814 de 19 de Agosto de 1925. Mais tarde, em 16 de Março de 1928, por decreto, foi confirmada, mas com alterações, aquela lei. Entretanto, surge o decreto nº 17664 de 25 de Novembro de 1929, que manda cessar, a partir da data da sua publicação, as autorizações dadas, quer para a emissão de selos postais comemorativos, especiais e de assistência, quer para a aplicação dos existentes nas correspondências e sua venda nas estações do Continente e Ilhas Adjacentes. Estancara a fonte de onde a Comissão (agora chamada Sociedade Histórica da Independência de Portugal, desde 18 de Fevereiro de 1927) esperava obter o dinheiro necessário para adquirir o edifício e, posteriormente, entregá-lo à Nação.

A 6 de Abril de 1935, uma comissão da Sociedade Histórica da Independência, encabeçada por Luís Pastor de Macedo, empenha-se numa grande subscrição nacional, a favor da compra do Palácio, entre os cidadãos portugueses de todo o mundo. No dia 1 de Dezembro desse ano de 1935, o General Óscar Carmona, Chefe de Estado, inaugura a grande subscrição nacional, que rendeu cerca de 1300 contos, reunindo ainda a Colónia Portuguesa do Brasil cerca de 5000 contos.

Por decreto de 30 de Maio de 1939, é autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública a adquiri-lo para a Colónia Portuguesa do Brasil, com a finalidade de fazer a sua doação ao Estado. Através do mesmo decreto, determina-se que o produto da subscrição nacional promovida pela Sociedade Histórica, assim como a venda do selo comemorativo, ficam constituindo o fundo necessário para a manutenção e conservação do Palácio e do Museu da Restauração que nele deverá ser instalado. Ainda segundo o mesmo diploma, além do Museu, deverão ter ali as suas sedes a Sociedade Histórica da Independência de Portugal e o Commissariado da

Mocidade Portuguesa. A 25 de Agosto foi assinado na Direcção Geral da Fazenda Pública, a escritura da compra do edifício, recebendo o Procurador da família Almada a quantia de 2800 contos.

Começaram então as obras de restauro e reintegração, um aproveitamento de materiais dispersos e ocultos que ajudaram a reedificar a casa, levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, segundo a orientação de Raul Lino.

O edifício, já património nacional, foi entregue à Sociedade Histórica, em cerimónia pública, que se efectuou na Praça do Comércio, em 24 de Novembro de 1940, nessa mesma tarde, aquela Sociedade e o Comissariado da Mocidade Portuguesa, aos quais o Palácio se destinou, receberam no Salão Nobre do edifício, as chaves das salas. Oficialmente, a posse realizou-se em 1 de Dezembro daquele que foi o Ano dos Centenários.

Em 1940 foram feitas obras de reintegração, orientadas pelo Arquitecto Raul Lino. Inúmeras alterações foram feitas, sendo as mais importantes o desfogamento do pátio principal através do desemparedamento da escadaria do lado direito. Ao cimo da escadaria, do lado direito, foi desentaipado um portal manuelino. As arcadas, na ala da Rua das Portas de Santo Antão, foram também parte destas obras. O salão nobre foi aumentado consideravelmente e o pátio interior alargado, tendo sido lá colocado vários painéis de azulejos, provavelmente oriundos do interior do Palácio.

Em Junho de 1988 os jardins do palácio voltaram a ocupar o seu lugar, tendo sido demolido a Central Eléctrica que ali existia.

Com o passar do tempo, não deve a Sociedade Histórica ter reunido condições para a criação do Museu, ao mesmo tempo que devido ao seu crescimento, a Mocidade Portuguesa foi alargando o seu espaço de acção no interior do edifício.

Com a agitação resultante da revolução de 25 de Abril de 1974, o Palácio sofre algumas invasões populares, sendo a Sociedade Histórica atingida com a destruição de parte do seu mobiliário, quadros e obras de arte, ficheiros e arquivos. Proibida a entrada da Direcção da Sociedade, foi a custo de muitas diligências que se conseguiu registar um recomeço da normalidade. Extinta a Mocidade Portuguesa, o edifício foi, na sua quase totalidade, ocupado pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Em 1983, por despacho do então Secretário de Estado das Finanças foi determinado que o Palácio fosse cedido, na sua totalidade, à Sociedade Histórica da Independência de Portugal que uma vez depois de extinta a Mocidade Portuguesa se assumiu como a entidade legítima para ocupar o edifício. Na sequência, foi elaborado um Auto de Cessão do edifício à Sociedade Histórica, a título precário e gratuito incluindo, naturalmente, as dependências ocupadas pelos Deficientes das Forças Armadas. A 17 de

Dezembro desse mesmo ano foi assinado pelos Presidentes da Direcção da S.H.I.P. e da A.D.F.A., o auto de transmissão das partes comuns do edifício para a SHIP.

Com o abandono do Palácio pela A.D.F.A., em 1993 ficou então o Palácio em posse única da SHIP tendo, a partir daí, começado a serem feitas algumas campanhas de obras de forma a instalar os vários serviços dependentes, bem como a zona do piso térreo e do piso da rua das Portas de Santo Antão, de forma a receberem exposição temporárias, tendo em vista o futuro Museu da Identidade Lusíada.

O PALÁCIO NOS DIAS DE HOJE

A frontaria principal do Palácio, virada a Sul para o Largo de S. Domingos, é precedida de um terreiro cercado por uma cortina de gradeamento em forma de semicírculo. A fachada principal, construída em principio do século XVIII, apresenta um conjunto de onze varandas austeras, de sacada. No centro destaca-se um portal emoldurado, sobreposto de uma varanda, engrinaldada de renques e encimada pelo brasão de armas dos Almada e Avranches. A balaustrada de pedra da varanda, assim como as duas volumosas urnas laterais e as mísulas de suporte, são bastante características do gosto clássico.

A fachada lateral, na Rua das Portas de Santo Antão, tem sete janelas de sacada e é apoiada numa rígida arcaria de sete arcos de volta redonda. Estas arcadas não existiam na altura da construção desta ala do palácio, tendo sido construídas durante as obras de 1940.

A nascente, o palácio confronta com as Escadinhas da Barroca. Por esse lado é notória a separação entre o corpo feito no século XVIII e o quinhentista, em que assentam as chaminés.

Passando o portal de entrada, atravessa-se uma passagem sob três arcos de volta abatida que se vão sucessivamente alargando até ao pátio central – o que se justifica pela necessidade de espaço que os coches tinham para dar a volta dentro do pátio. O eixo norte/sul, que é bastante afirmado desde a entrada, é inconsequente, quando se chega ao pátio – tem de se ter em atenção que se desemboca numa fachada anterior, construída numa época diferente.

No lado poente do pátio encontra-se um duplo portal de colunas de estilo maneirista. Verifica-se uma discrepância entre esse portal e todo o enquadramento da parede em que assenta, o que leva a supor que ele tenha sido retirado de outro local e aí colocado.

Através desse portal entra-se no Palácio, dando acesso à sua escada principal que tomou, com as obras de 1940, o dobro do tamanho que tinha anteriormente. No tecto, ao cimo da escada foi pintado o brasão de armas de D.João I, também fruto das obras de 1940.

Do lado oposto, encontra-se desde esse ano, uma sólida escadaria exterior. Depois do primeiro lanço, a escada divide-se em duas, atingindo um terraço que tem por fundo a parede exterior de onde saem duas monumentais chaminés. Também esta parte do Palácio sofreu profundas modificações em 1940, uma vez que o pátio era bastante mais pequeno, tendo sido desafogado com a demolição de uma parede que colocava a face nascente do seu interior logo no seguimento do primeiro degrau da escadaria.

As chaminés foram, durante muito tempo, apontadas como monumentos alusivos à Restauração de 1640. Num artigo escrito em 1864, assim eram chamados por Vilhena de Barbosa no *Archivo Pittoresco*(42); também assim eram chamadas no *Diário Ilustrado* de 29 de Outubro de 1880; e ainda os folhetos turísticos sobre os monumentos de Lisboa, já neste século. No entanto, Júlio de Castilho, após a observação da planta de Braunio, vai defender a ideia de que, no sítio das casa dos Almada, lá estão representadas as chaminés(43). Ora sendo a planta de 1572, as chaminés serão então manuelinas e não padrões da Restauração, que só aconteceu no século seguinte. A sua semelhança com as chaminés do Palácio da Vila de Sintra tem ajudado a cimentar a interpretação que Castilho fizera em meados do século. Nas suas “Peregrinações em Lisboa”, Norberto de Araújo escreve “Estas chaminés (...) sextavadas, entaipadas apenas nas bocas, acoruchadas de tijolo, fazem hoje os tetos altos da cozinha e de um quarto de ... do inquilino, ligadas as duas, na base, por um corredor pouco mais de metro e meio”(44).

No terraço fronteiro às chaminés, encontram-se dois portais apresentando características do estilo manuelino. A autenticidade dos animais fabulosos existentes no da esquerda, segundo vários especialistas, é duvidosa. O portal da direita foi desentapado em 1940 e nele se verificaram alguns elementos cortados – uns pequenos capitéis laterais e um elemento central, em cima – o que provavelmente terá acontecido por ocasião do seu entaipamento.

O portal da direita dá acesso ao salão nobre do Palácio, ampla sala com tecto em caixotes de carvalho e ombreiras de mármore – este salão foi também alterado nas obras de 1940, tendo sido nessa altura ampliado. É também dessa época o tecto, que se pretende de características seiscentistas. No entanto, o corpo em que esta sala existe só foi construído após 1713.

A face norte do pátio, com quatro janelas de sacada – como em todo o pátio, no andar superior – possui uma escada através de um túnel, que conduz a um pátio interior, ao nível do andar nobre. Também este pátio foi bastante aumentado em 1940 e nele foram colocados vários painéis de azulejos seiscentistas, sendo alguns atribuídos a Gabriel del Barco.

No pátio superior encontram-se quatro painéis de azulejos, lá colocados nas obras de reintegração, e que servem de espaldar a bancos. Dois dos painéis são assinados por Gabriel del Barco, o que se pode verificar pela existência da sua assinatura. Infelizmente e, dado que não foi ali o sítio inicial da colocação dos painéis, a sua actual disposição não os conserva conforme a forma primitiva. Vários painéis de Gabriel del Barco existiam no Palácio. No entanto, com as obras de 1640, todos eles foram arrancados, tendo-se aproveitado apenas um, que representa uma caçada ao javali, e fragmentos de um outro, montado sob uma cena de caça. Gabriel

del Barco, nascido poucos anos após a Guerra da Restauração (1669), foi um dos fortes contribuintes para a beleza da azulejaria da sua época. Apesar desta caçada ao javali ser actualmente o melhor exemplar de Del Barco no Palácio da independência, ele não é, segundo José Meco, comparável aos seus melhores trabalhos; afirma ainda José Meco que o melhor painel do Palácio deveria ser a caçada maior ao veado que lá saiu com as obras de reintegração.

Nesta altura foi demolida uma sala a norte, que se supõe ter sido o local onde existia o oratório da casa. Existem também aí dois portais quinhentistas, de características manuelinas. Ao longo de várias salas, assim como no túnel que dá acesso a este pátio, encontram-se vários painéis de azulejos, que tanto podem ser provenientes do edifício como do depósito da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, uma vez que não existem dados suficientes sobre o assunto.

Através desse pátio chega-se aos antigos jardins do Palácio – onde durante quase um século esteve construída uma enorme casa, que foi Central Eléctrica. Ao fundo, junto à Muralha Fernandina, encontram-se três painéis de azulejos alusivos à Restauração, lá colocados em finais do século XVIII. Junto aos painéis existe uma fonte manuelina, sobreposta por uma bica de pedra, representando o rosto de um anjo. Será esta, provavelmente, a fonte referenciada pelos vários cronistas da Restauração. No entanto, poderá ter sido ali colocada para embelezar o contexto, por ocasião da colocação dos painéis de azulejos.

Junto à muralha, encontra-se uma sala, a poente, onde foi desentaipado um portal de grandes dimensões, assente na própria muralha e, à direita, existe um poço – actualmente, sem quaisquer indícios de água(45)

O painel que se encontra na parede central é ladeado por duas portas encimadas também por pequenos painéis. A porta do lado direito comunica com uma escada que vai até à muralha Fernandina, onde se alcança um pequeno terraço, junto das imediações do Convento da Encarnação. O painel da direita representa a reunião dos Conjurados: à volta de uma mesa, encontram-se reunidos D.Antão de Almada, D.Miguel de Almeida, Francisco de Melo, Jorge de Melo, Pedro de Mendonça e João Pinto Ribeiro. Os conspiradores estão sentados em cadeirões D.José, assim como também dessa época são os ornamentos de estuque que se observam na decoração do recanto onde eles estão, no painel. Na parte superior, numa faixa, pode ler-se: Amor, Constância e Fidelidade; e, em baixo também se Lê: «Venturozo Cítio, Honrozias Conferências em que se firmou a redempção de Portugal». Nos 50 e 60, alguns azulejos foram substituídos por outros novos, notando-se assim o contraste, devido ao excesso de perfeição, que é bem diferente dos antigos.

Na parede do fundo, sobre a escultura em forma de anjo, encontra-se o painel que representa a Revolução no Terreiro do Paço: de uma janela do Paço da Ribeira, grita D.Manuel de Almeida (através de uma fita legendada): «Liberdade., Liberdade, Viva El-Rei D.João IV», enquanto, em baixo, uns lutam e outros assistem. Numa legenda, em baixo, Lê-se «Redempção de Portugal. A Fidelidade e o Amor triunfão».

O painel da parede do lado esquerdo representa uma procissão que sai da Sé, em Acção de Graças pela Restauração. À esquerda, a cavalo, ao centro, o padre Nicolau da Maia eleva um crucifixo como braço direito de Cristo despregado (segundo a tradição, após o triunfo da Revolução e, tendo saído a procissão em Acção de Graças, quando chegou defronte da Igreja de Santo António, uma imagem de prata de Cristo crucificado, transportada por um capelão, despregou o braço direito, tendo o povo acolhido esse acontecimento como prova divina de aprovação pela revolta). No painel vê-se também D.Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa. Em baixo, numa legenda, pode ler-se um versículo do Cântico de Zacarias: «Benedictus Dominus Deus Israel Quia Vízitavit et Fecit Redempcionem Plebis Suae.»

À direita do recanto que contém a pia manuelina e os painéis alusivos à Restauração, encontra-se uma sala que tem sido apontada como tendo sido aquela em que se fizeram algumas das Conjuras de 1640. A nascente desta sala encontra-se ainda uma pequena casa de fresco, com o tecto coberto de conchas e vidros de cores e azulejos nas paredes; ao funso, denota-se a existência provável de uma fonte ou um lago de pequeníssimas dimensões.

As obras de reintegração de 1940 alteraram consideravelmente o edifício em vários pontos; no entanto, há marcos flagrantes de vários tempos ao longo das casas. Com efeito é notória a diferença entre a fachada sul e a poente em relação ao resto do palácio – numa simples observação dos cornijas e dos telhados é evidente a discrepância entre vários elementos. Certamente que algumas pequenas casas compradas ao longo dos tempos terão sido aproveitadas apenas em parte ou acrescentadas, mudando-lhes totalmente as dimensões e a fisionomia.

O portal maneirista situado na fachada poente do pátio principal nada tem que ver com a época desse corpo do edifício, o que indica que terá sido aproveitado de outro local – tal como o tecto de caixotões ao gosto do século XVII que Raul Lino implantou no salão nobre, numa ala construída no século seguinte. Ainda na ala poente existe uma sala de abóboda, que é possivelmente anterior à construção daquela área do edifício.

UM ARCO NA MURALHA FERNANDINA, AO FUNDO DOS JARDINS DO PALÁCIO

Ao fundo dos jardins do Palácio da Independência, pegadas à Muralha Fernandina, existem três salas. Na que fica a Poente foi, em finais de 1990, desentapado, no seu interior, um amplo portal, de estilo gótico, assente na própria Muralha. Surge então o problema: o que fazia um portal na Muralha, confinando com o jardim? Pelo outro lado, existe o edifício da Casa do Alentejo: o antigo Palácio Alverca. Esse Palácio, pertença da Família Pais do Amaral, foi construído nos finais do Séc. XVII. No local existiu o Curral Velho, no Séc. XV, e, no Séc. XVI, era um terreno aforado pela Câmara, em vários lotes - segundo Vieira da Silva(46). É preciso ter em conta que a Rua das Portas de Santo Antão, tal como é hoje, existe a poucos metros desse portal. Por outro lado, devido às suas dimensões e às suas características góticas que nele se observam, afigura-se então uma questão: será que a rua tinha um alinhamento diferente e passava por ali, sendo aquele arco uma das Portas de Santo Antão?

Indo directa ao Rossio, a Rua das Portas de Santo Antão (antes «*Corredoura*» e, no Séc XIV, foi ainda chamada de «*Carreira dos Cavalos*»); com a construção da Cerca Fernandina e a conseqüente abertura de uma porta naquele local, primeiramente, foi conhecida por Porta de S. Domingos mas, pouco tempo depois, logo tomou o nome de Santo Antão, pela sua situação privilegiada, cedo adquiriu enorme importância como canal de ligação das zonas extra-muros ao centro da cidade.

As Portas de Santo Antão eram as portas por onde entrava mais gente em Lisboa no Séc. XVII: mil e quinhentas cavalgaduras em média, carregadas de farinha, frutos, hortaliças e outros produtos segundo o «*Livro das Grandezas de Lisboa*», de Frei Nicolau d'Oliveira, que refere: «*Da parte do Norte entra nesta cidade por dous valles, que como acima fica ditto estão povoados de huma parte de muy nobres cazas e da outra de muy grandes e frescas hortas e por estes dous valles se vem a dar em hum muy grande recio chamado assim per excellensia da sua grandeza e fermozura em o qual se faz semana as terças feiras huma muy grande feira e abundante de todas as cousas pertencentes ao uso da vida humana e tendo no princípio hum famosíssimo chafariz está cercado da parte do Norte com duas muy grandes e nobres moradas de cazas e com as do Sancto Officio, edificios muy sumptuosos e vistosos (...)*»(47).

Segundo Vieira da Silva, *as portas eram constituídas, algumas delas por uma quadra ou recinto rectangular murado, com um ou dois vãos de portas nos seus muros dianteiros e posterior, e guarnecido o da frente com duas torres defensivas laterais; assim eram as Portas da Mouraria, de Santo Antão, de Santa Catarina e talvez a da Cruz*»(48).

Não se conhecem desenhos nem plantas topográficas que permitam uma localização exacta das Portas de Santo Antão. Segundo Vieira da Silva... *parece que era constituída por um recinto rectangular que ocupava toda a extensão da rua fronteira ao prédio compreendido entre esta Travessa e a Rua do Jardim do Regedor (24,5m)*»(49). Diz ainda o ilustre olisiponense que, interiormente, tinha dois chãos que a Câmara aforava em 1560 e 1570: «*Chãos entre as duas Portas de Santo Antão, entrando pela primeira porta da banda do Mosteiro de S.Domingos, o primeiro à mão direita (1.º chão); um chão entre as duas Portas de Santo Antão, o qual está mais chegado ao muro onde estão as duas portas (2.º chão). Estes dois chãos mediam ao todo 16v 1,5p (17,93m) no sentido do comprimento da rua*»(50). Os chãos mencionados ocupavam dentro do recinto 5v (5,61m) de largura, ficando ainda livre a rua que vai entre as duas Portas de Santo Antão, o que indica que devia ser grande a largura da rua naquele sítio.

Segundo Fernão Lopes, a muralha foi feita entre 1373 e 1375 e é também ele o primeiro a identificar as portas por Portas de Santo Antão. No entanto, segundo um documento de 1378, autorizando o Concelho a aumentar a siza do vinho para se concluir a construção do muro da cidade, verifica-se que afinal a obra durou mais tempo. Fruto de maus operários ou de má construção, a muralha vai carecer de reparações nos anos seguintes: 1385 e 1391, 1393, 1396(51).

Em 1509, não estando ainda concluída a Porta de Stº Antão, o Rei D. Manuel ordenou que ela fosse terminada. Diz um documento, transcrito na «Lisboa Antiga»: «(...) Soubemos ora como a porta de Santo Antão não era ainda acabada; e assim nos disseram que era muito grande, e fora da composição que deve ser, pelo que vos encomendamos e mandamos, que, tanto que esta virdes, a façais logo acabar, e assim vejais se é maior do que deve, porque segundo o havemos por bem que a mandeis tornar aquela grandeza que é necessária para as semelhantes portas; e mandar-lhe logo pôr suas portas. Escrita de Vila Franca a 25 de Setembro de 1509 (...)»(52).

Previendo o perigo de um ataque inglês a Lisboa, em 1625, mandou a Câmara fazer uma vistoria às muralhas. No referido documento, diz «*Portas de Santo Antão: fazer hum paredão como rebelim e tapar hum dos postigos que está da parte das casas de Garcia de Melo e reformar as portas do que lhe for necessário*»(53) -assim foi mandado fazer revelim à frente das Portas de Santo Antão.

Após a Restauração, e com o intuito de prevenir um possível ataque espanhol, de novo foram tomadas providências para a defesa de Lisboa; em 1650 nova vistoria foi feita às muralhas, pelo Arq. Mateus do Couto. Nesse relatório, de 24 de Março, escreveu-se: «*As Portas de Santo Antão, de dentro tem portas, e as duas de fóra uma as tem, a outra não. Esta se há de tapar*». Mais à frente diz «*Conforme a esta relação há em torno da muralha exterior d'esta cidade quarenta portas, entrando as duas de fóra*

da Mouraria e Santo Antão, das quaes se hã de tapar de pedra e cal dezoito e ficam vinte e duas as que hã de servir(...)»(54).

Mais notícias há destas portas em 1727, como se vê na «Demonstração Histórica da Primeira e Real Parochia de Lisboa»: «*Esta porta he uma das que pertenciam ao distrito da nossa freguesia no ano de 1476 fica lhe fronteiro o Recio e pouco distante a hum lado a Igreja de S.Luiz da Nação Francesa adeficada no anno de 1551. Havia por cima de huma parte a imagem de N.Senhora da Conceição e da outra de Santo Antão de que tomava o nome a seus lados em huma pedra as Armas Reaes com as da cidade que hoje vemos quasi postrada por terra e em outra a inscripção que abaixo exporey. Para a solemne e pública entrada que fez o Embaixador de Castella o Marquez dos Balbazes na tarde do dia de Reys seis de Janeiro de 1728 para se elevar mais o arco desta porta se tiraram no antecedente anno as Santas Imagens, que hoje vemos colocadas em perfeitos nichos quasi junto ao sítio da antigua porta (...)»(55).*

Também o Padre João Bautista de Castro, no seu «Mappa de Portugal», diz recordar-se ainda de ver colocadas nas suas couceiras as portas com que se fechava, chapeadas de ferro, que no ano de 1727 se tiraram para desafogar a entrada do Marquez de Los Balbazes(56).

Em 1755, o arco de Santo Antão sofre com o terramoto, acabando depois por ser totalmente demolido.

Pela análise da Planta de Lisboa antes do terramoto de 1755, atribuída a José Valentim de Freitas (desenhador do Quadro das Obras Públicas, falecido no último quartel do Séc. XIX), dá-nos a ideia de que, partindo ao longo da rua, de Sul para Norte, verifica-se que, logo passando o espaço do Palácio da Independência, a rua alarga. Ora esta configuração dá a ideia de que o espaço do Palácio, após o aforamento de 1713, tornou a rua mais apertada naquele local onde desemboca no Rossio, uma vez que ela ia até para Nascente. A planta da Freguesia de Santa Justa, que acompanha a obra «Lisboa Pombalina e o Iluminismo» repete este aspecto.

As plantas de Braunio (1572) e de Tinoco (1650) são pouco elucidativas: a primeira dá a ideia da existência de duas torres simétricas junto às Portas; a segunda não faz referências nem às Portas nem a torres.

Vieira da Silva, por seu lado, segue a actual configuração espacial da rua como tendo sido sempre assim; por outro lado, no seu segundo volume de «A Cerca Fernandina de Lisboa», reformula parte do que apresentara no primeiro e, ainda, deixa os problemas relativos a estas Portas bastante em aberto.

Entretanto em 1991, foram feitas diversas escavações para obras de saneamento ao longo da rua, desde o Largo de S.Domingos até à zona próxima da Igreja de S.Luiz dos Franceses. Nessas escavações, poucos metros a Norte do Palácio Alverca, a meio da rua é visível, segundo o parecer de Rodrigo Banha da Silva, Arqueólogo da Câmara Municipal de

Lisboa, um muro de construção pré-pombalina. Ora o que fazia um muro pré-pombalino a meio da rua à frente de uma das entradas principais da cidade? Crê-se então que a descoberta deste muro venha denunciar a existência de uma casa qualquer naquele local, tendo então a rua outra localização noutros tempos. Não seria então a rua mais a Nascente? Tem de referir-se que, pelas medidas colhidas em E.F. de Oliveira nos seus «Elementos...», as Portas dianteiras alinhariam mais ou menos por aquelas coordenadas, uma vez que ficavam a 17,93 metros a Norte da Muralha. Se as Portas dianteiras foram mais a Nascente então a porta ao fundo do jardim do Palácio da Independência poderá ser uma das Portas de trás – talvez entaipada em 1650.

O Palácio da Independência, como já atrás fora dito, desenvolveu-se em várias ampliações e transformações, a partir do núcleo medieval inicial. Enquanto que o exterior é articulado em duas fachadas rigorosamente estruturadas (a do Largo de S.Domingos e a da Rua das Portas de Santo Antão), já o interior é completamente diferente, sendo resultado de um somatório de edificações de várias épocas e, conseqüentemente, diversos estilos.

As obras de reintegração de 1940 alteraram consideravelmente o Palácio em vários pontos; no entanto, há marcos flagrantes de várias épocas ao longo das casas. Com efeito é notória a diferença entre a fachada Sul e a fachada Poente em relação ao resto do edifício – numa simples observação das cornijas e dos telhados é flagrante a discrepância entre esses elementos. Certamente que algumas pequenas casas que foram sendo compradas terão provavelmente sido aproveitadas apenas em parte, acrescentadas talvez, mudando-lhes totalmente as dimensões e a fisionomia. O portal maneirista, assente na fachada Poente do pátio principal, nada tem que ver com a época dessa parte do edifício, o que indica que terá sido aproveitado de outro local para ali. Também nesse corpo do edifício existe uma sala de abóbada que é possivelmente anterior à construção daquela ala do Palácio.

A evolução das casas dos Almada no Rossio deve ser entendida como o reflexo do poder que essa ilustre Família foi tendo ao longo dos séculos. Toda a influência que a Família Almada vai tendo na vida política portuguesa, através dos altos cargos que os seus membros foram desempenhando, vai também reflectir-se na necessidade de aumentar e melhorar as suas casas.

Com o desentaipamento de um portal na Muralha Fernandina, ao fundo dos jardins, novo problema se levanta. Tendo tão grandes dimensões, e estando situado a poucos metros da Rua de Santo Antão, não será então uma das portas? Sabe-se que as ruas nem sempre tiveram um plano regular, modificando-se ao longo dos tempos. O aforamento feito pelos Almada em 1713, por exemplo, vai estreitar a rua naquele ponto, uma vez que os chãos que foram aforados eram chãos públicos. Por outro lado, através das

escavações feitas na Rua das Portas de Santo Antão, a alguns metros para Norte do local, onde deveriam existir as Portas da cidade, verificou-se a existência de um muro pré-pombalino, o que vem a denunciar uma casa naquele local. Entretanto, em 1650, foi mandada tapar uma das Portas da frente (a entrada era constituída por duas Portas à frente e duas atrás, que assentavam no seguimento da Muralha Fernandina); ora, talvez na sequência desse entaipamento se tenha também tapado a de trás e que seja então essa a porta entaipada na Muralha, ao fundo do jardim. Uma vez que 1774 se fizeram obras no jardim, foi provavelmente nesse tempo delineado a sua dimensão e alterado o seu aspecto.

Ou então, uma nova hipótese pode levantar-se: em 1509, na ordem régia para que se completem as obras da entrada de Santo Antão é referido que a Porta, além de inacabada, era de grandes dimensões «e fora da composição que deve ser». Assim, pode então ter existido uma primeira porta de Stº Antão e que, em 1509, se fizeram novas portas, tendo sido então entaipada a primitiva.

De um modo ou de outro, isto é, entaipada em 1509 ou em 1650, o que não parece que restam dúvidas é que aquele portal na muralha, ao fundo dos jardins do Palácio, tenha sido uma das Portas de Santo Antão.

IBERISMO E NACIONALISMO EM PORTUGAL NO 3º QUARTEL DO SÉCULO XIX E A CRIAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL DO 1º DE DEZEMBRO DE 1640

A questão Ibérica

Em 1852 fora publicada “A Ibéria”, obra polémica de D.Sinibaldo de Mas, evocando a união dos reinos peninsulares. No prólogo da sua obra, escrito por Latino Coelho, lê-se: “Porque não imitaremos o exemplo das potências do Zollwerein, e não fundaremos uma união aduaneira que ao menos faça dos dois países um único país comercial sem alterar a essência política das duas Monarquias?”(57)

Latino Coelho defendia, desse modo, uma consolidação dum Estado-Nação mais forte no contexto do novo ordenamento europeu, decorrente da emergência de novas nações, a par de novas alianças e impérios. Fundamentava-se então nas anexações que formaram o Reino da Itália entre 1859 e 1860, bem como as que constituíram o Império alemão em 1867. Teoricamente, fundamentava-se o Iberismo indicando que duas ideias dominavam o Mundo do seu tempo – uma ideia nacionalista, que incita as nações a alargar as suas fronteiras e, outras ideias, o princípio da fraternidade universal – ou, identificando os princípios nacionalistas como egoístas contrapunha-lhe então o cosmopolitismo, como a tendência seguida pelos estados cultos.

No plano teórico, o Iberismo afirma-se na sequência de princípios da fraternidade e paz universal (Kant, Rosseau). Diz-nos Fernando Catroga: “(...) *A justificação do Iberismo conduzia à certificação da Humanidade, da qual se propunha ser tão somente um passo específico no sentido da consumação dos ideais cristãos, agora secularizados, de república universal e de paz perpétua.*”(58) *Também o espanhol Sixto Câmara afirmava que qualquer iberista aceitava ser “lei natural das coisas, do desenvolvimento progressivo das sociedades, do espírito finalmente da civilização moderna que as nações se modifiquem segundo o princípio cristão da fraternidade, base do novo direito político da Europa”*(59). Os ideais ibéricas assentavam então no culto iluminista da razão universal, nos princípios da igualdade e fraternidade entre os homens.

Os iberistas defendiam então que se deveriam unificar pesos e medidas, criar redes de estradas e caminhos de ferro entre toda a Península. O fundamento económico era então primordial – só unindo economicamente o território, se poderia atingir um desenvolvimento que permitisse enfrentar as economias mais industrializadas – sobretudo, a Inglaterra e a França. Esta defesa de comunhão de espaços económicos e políticos juntava ambições capitalistas do financeiro Salamanca, com

interesse no campo dos caminhos-de-ferro das estradas e os interesses políticos do Duque de Saldanha, com que partilha estreitas relações.

Para uma melhor defesa da sua unidade, a “nova nação ibérica” deveria ter, segundo Dsinibaldo de Mas, a sua capital em Santarém, para se poder assim salvaguardar quer de influências financeiras, quer de qualquer ataque de uma esquadra inglesa. No seu “Portugal Contemporâneo”, Oliveira Martins escrevia: *“Daí veio inventar-se o 1º de Dezembro, festa patriótica em que anualmente arremetemos contra os vizinhos com bombas, foguetes, filarmónicas, e – pior ainda! – com discursos apopléticos de uma retórica plebeia”*(60).

Além de Latino Coelho e Oliveira Martins afirmam-se como iberistas nesse tempo Antero de Quental, Guerra de Junqueiro, e Fialho de Almeida.

Para o progresso material, necessitava-se quietão de iberismo – de forma unitarista ou simplesmente federalista – para fazer face às exigências das novas grandes nações.

“(…) Se o iberismo não conseguiu os apoios sociais e políticos necessários à sua viabilização, e todavia indiscutível que provocou um efeito contrário aos seus propósitos ao desencadear uma intensa campanha anti-ibérica e pró-nacionalista.”(61)

Neste contexto, a reacção patriótica não se fez esperar e surgiu espontaneamente. Alexandre Herculano fiou um dos intelectuais que receou os perigos da perda do sentimento nacional. Surgiram entretanto imensas obras, desde poesias a peças de teatro, de natureza anti-iberista. Rebello da Silva lançou, ao longo da década de 60, a sua “História de Portugal nos Séc.XVII e XVIII”, com uma forte mensagem patriótica. Tomás Ribeiro escreveu, entre outras, o poema “D.Jaime”.

Alexandre Herculano, Rebello da Silva, Silva Túlio, José Estevão, Anselmo Braancamp, Inocêncio da Silva, Mendes Leal foram algumas das grandes figuras da época que afirmaram sólidas posições anti-iberistas – todos eles foram “homens da primeira hora” da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640.

Defendiam que nenhuma política, moral ou económica podia impor que Portugal tornasse um único estado com a Espanha, afirmando que a ideia iberista apenas seria para encobrir as pretensões económicas da nação vizinha – porque, no fundo, mesmo que a união fosse apenas através de um processo federalista, não deixava, segundo o seu entender, de ter pretensões de total agregação.

Espanha e Portugal na Década de 60

Saldanha sempre defendera um certo ideal iberista. Em Maio de 1860, D.Pedro V mostrava-se preocupado com a viagem do seu chefe de

governo a Madrid, onde se avistara com generais espanhóis. Alarmado com a ideia ibérica, o Rei empenha-se na organização da defesa nacional. “O Trono de Portugal, quando em mãos firmes e lúcidas, constituía o maior embaraço à união ibérica. “(...) *Temos pois um lugar da anexação, que tornou a ser um sonho, a absorção, para o qual ou contra a qual nos devemos preparar.*”(62)- dizia o Senhor Dom Pedro V, num dos seus escritos.

A 11 de Novembro de 1861 morria D.Pedro V, sucedendo-lhe seu irmão, D.Luís.

Em 1868 deu-se a revolução espanhola, tendo sido deposta a Rainha. Sendo assim o Trono considerado vago, o General Prim envia a Portugal Fernandez de Los Rios, para convidar D.Fernando, pai do Rei D.Luis, a aceitar a Coroa Espanhola. O Embaixador, após um primeiro encontro, não ficou com a sensação de repúdio. Entretanto, o assunto tornara-se público, sendo discutido pelas Câmaras Los Rios ficara como Embaixador de Madrid em Portugal, para prosseguir a sua tarefa. Sá da Bandeira telegrafava entretanto ao Conde de Alte, Embaixador em Madrid, para que comunique ao Governo Espanhol a recusa de D.Fernando.

No entanto, Fernandez de Los Rios permanecia em Portugal, dizendo subtilmente que pretendia contribuir para a consolidação da amizade entre os dois povos peninsulares. E a imprensa espanhola revela que oferecera a Coroa espanhola ao Rei D.Luis, numa união em que cada país manteria os seus governos próprios, em que o monarca habitaria em Madrid, deslocando-se a Portugal apenas para abrir o Parlamento. Com essa notícia, a opinião pública portuguesa alarmou-se, indignando-se. O Rei dirige então, em Setembro de 1869, uma carta solene ao Duque de Loulé, Presidente do Conselho, em que afirmava: “*Constando-se que alguns jornais têm assegurado que, em virtude de combinações ultimamente feitas em Paris, eu abdicaria em meu filho a coroa de Portugal sob a regência de meu augusto Pae, acceitando a de Hespanha, e não desejando que tão infundado boato tome incremento e se me atribuam, em assumpto de tanta gravidade, intenções que estão longe do meu ânimo, venho pedir-lhe, meu caro Duque, que faça com a maior brevidade desmentir semelhante notícia. Se a Providência tem reservado dias de dolorosa provação à minha pátria, espero confiado do amor do paíz e na alliança sincera da liberdade com o Throno, poder resistir a essas temerosas eventualidade. O meu posto de honra é ao lado da Nação. Hei-de cumprir os deveres que o amor das instituições e a lealdade à Pátria me impõem. Nasci portuguez, portuguez quero morrer*”.

Dando ainda mais peso à posição real, o governo português nomeia para Madrid Andrade Corvo, conhecido pelo seu grande patriotismo. Em Portugal, em Dezembro desse ano, comemora-se ostensivamente o Dia da Restauração.

Em Maio de 1870, deu-se o golpe de Saldanha, o Imperador francês escreve a D.Luis para que ele influenciasse seu pai no sentido de aceitar a Coroa espanhola, o que chegou a acontecer. Mas outra força estrangeira exerce a sua influência, no sentido contrário: Bismark. Então, D.Luis escreve a Napoleão III comunicando-lhe que seu pai se encontra firme na sua posição de recusa.

Saldanha, por seu lado, insiste e D.Fernando chega a aceitar mas, mediante várias condições, sendo uma delas que as duas Coroas nunca deveriam ser acumuladas numa mesma pessoa – ora, esta condição é recusada por Madrid, uma vez que contrariava a união ibérica, que era afinal o seu intuito. E, assim, o problema foi então abandonado.

Criação da Comissão Central 1º de Dezembro

Feliciano de Andrade Moura, um industrial de Alfaiataria, percorria em Maio as ruas de Lisboa, distribuindo circulares, convidando os cidadãos residentes na capital a comparecer numa reunião de cariz patriótico. E, nessa noite de 16 de Maio de 1861, em sua casa, no nº193 da Rua Augusta, apareceu gente de todas as condições, tendo-se resolvido comemorar o 1º de Dezembro de cada ano, do modo mais brilhante.

A 24 de Maio novo ajuntamento aconteceu, no mesmo local em que Brito Aranha propôs que se organizasse uma associação que se ficasse a denominar Associação Nacional 1º de Dezembro de 1640. Nas reuniões que se seguiram, novas decisões se vieram a acrescentar: foram convidados para o projecto os descendentes dos Conjurados e foi marcado o número de quarenta membros, simbolizando a Conjura de 1640, para integrar a Comissão Central que seria eleita em grande reunião pública.

Entretanto, tendo sido informado o Marquês de Loulé, ao tempo Presidente do Conselho de Ministros, sobre a vontade que a Associação demonstrara em comemorar o Dia da Restauração, o Governante mostrara-se de opinião favorável.

A grande sessão pública foi então marcada para o dia 14 de Julho, a ter lugar no Palácio dos Condes de Almada, onde em 1640 se haviam dado algumas das principais juntas da Conspiração. Tendo sido assistida por mais de duas mil pessoas, foi presidida por Andrade Moura, que comunicou aos presentes os fins e a utilidade da eleição de 40 nomes para formarem a Comissão Central 1º de Dezembro. Tomou então a palavra o tributo José Estevão Coelho de Magalhães que propôs a Presidência a Feliciano de Andrade Moura mas tendo este recusado o cargo, alegando não poder presidir a uma Assembleia composta por homens tão ilustres. Foi então eleito António Esteves de Carvalho, ao tempo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Entre os presentes estavam também Anselmo

Braancamp, Silva Túlio, Aires de Sá Nogueira, Brito Aranha, Inocêncio das Silva e Luís de Castro Guimarães.

Após a tomada de posse, que aconteceu a 28 de Julho, o Presidente eleito deliberou reunir na Câmara Municipal, durante o mês de Agosto, os membros da Comissão, conseguindo também a comparência nessas sessões de várias personalidades importantes da vida pública, entre os quais Alexandre Herculano, o Conde de Almada (D.Lourenço), o Conde de Resende (José Luis) e Gomes de Abreu.

Decidiram então publicar e distribuir por todo o país um manifesto destinado a sensibilizar o povo português contra as intenções iberistas dentro e fora de Portugal. Da sua redacção encarregaram-se Alexandre Herculano, Silva Túlio, Gomes de Abreu e José Estevão de Magalhães. Foram enviados manifestos a todas as Câmaras Municipais. Para secundar a Comissão Central, foram instaladas comissões em todas as freguesias de Lisboa. Além disso, para serem enviados exemplares aos cônsules de Portugal em França e em Inglaterra, foram traduzidos os textos nessas línguas. Entretanto, todos os jornais da capital e da província inseriram o manifesto nas suas colunas.

A Comissão decidiu então que, na frente do palácio dos Condes de Almada fosse erigido um padrão comemorativo de 1640.

Mas, entretanto, o luto devido à morte do Rei D.Pedro V fez com que nesse ano as comemorações não acontecessem.

No ano seguinte, a data foi então comemorada com pompa, em grande manifestação pública, no Palácio Almada, no Rossio.

Entretanto, em 1863 morreu José Estevão de Magalhães e o Presidente da Comissão, António Esteves de Carvalho, tendo então de novo Feliciano de Andrade Moura tomado as rédeas dos trabalhos em curso. Até 1866 continuaram a realizar, em 1 de Dezembro, as comemorações.

Em 1867, retomar a ideia da erecção de um monumento aos Restauradores de 1640.

Em 1868, a imprensa de Madrid recomeçou com uma certa periodicidade, a publicar artigos de carácter iberista. Além disso, distribuíram profusamente o livro “Ma mission en Portugal” de Fernandez de Los Rios – a este texto respondeu entretanto Luis Augusto Palmeirim, com a publicação de “Portugal e os seus detractores”: Logo nas reuniões de Setembro desse ano, a Comissão 1º de Dezembro encarnou uma cruzada contra as ideias iberistas, promovendo uma subscrição nacional para a compra de armamento, aberta em território continental, ultramarino, e também no Brasil – refira-se que a subscrição feita entre os portugueses residentes em território brasileiro rendeu 169925\$670 réis.

Devido à gravidade das afirmações ibéricas que grassavam, na reunião de 1 de Outubro, Ayres de Sá Nogueira apresentou a seguinte proposta: “Os portugueses abaixo assinados, membros da grande Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 por esta

sagrados juramentos, protestam perante Deus e perante todas as Nações do Mundo, que em toda a sua vida constante e invariavelmente se oporão por todos quantos meios acharem ao seu alcance, a que a Nação Portuguesa em qualquer tempo, por qualquer forma ou título que seja, venha a unir-se com a Hespanha, debaixo do mesmo Governo e declaram já traidor à Pátria todo o português que não professar iguais sentimentos.

O momento é grave e como para sustentar a Independência Nacional não bastam somente protestos, mais do que tudo se precisam obras, a Comissão Central entende como indispensável que, urgentíssimamente se trate de levar à execução as seguintes providências:

1ª - Activar em todas as povoações do Reino, Ilhas Adjacentes, Províncias Ultramarinas e Brazil a subscrição nacional para comprar armamento moderno e apetrechos de guerra para o Exército e para a Marinha;

2ª - Estabelecer uma escola de tiro em todas as povoações;

3ª - Representar ao Governo sobre a necessidade absoluta e urgentíssima de organizar a nossa força armada e de conseguir em armas um número de homens quinze vezes maior do que aquele que hoje existe”(63);

Decidem então elaborar um protesto a ser distribuído profusamente pelo País e pelo Estrangeiro. E de novo o 1º de Dezembro foi comemorado pomposamente no Palácio Almada, com uma sessão nocturna. Seguidamente ao discurso do então Presidente da Comissão, D.Luis Daun e Lorena, proferiram-se cinco palestras por outros tantos brilhantes oradores:

- “Sucessos do 1º de Dezembro de 1640” por Luis Rebello da Silva;
- “Como se perdeu a nossa independência no Séc. XVIII” por Mendes Leal;
- - “As Fidalgas da Restauração” por Silva Túlio;
- - “Unanimidade da Restauração de 1640” por Pinheiro Chagas;
- - “A Pátria, poesia” por Eugénio Castilho.

À sessão assistiram representantes da Academia das Ciências, das escolas superiores, associações científicas, comerciais, industriais e agrícolas. O Largo de São Domingos, fronteiro ao Palácio encontrou-se nessa noite repleto de gente, cantando os Hinos Nacional e da Restauração que as filarmónicas tocavam.

- Todos os jornais da capital se referiram ao acontecimento mas deles salienta-se o que foi escrito no Diário de Notícias num artigo intitulado “O Dia da Redempção”, que termina com as seguintes palavras: “(...) *O povo bem sabe que este dia é para cantar e orar. Cantar os hymnos da nossa imensa glória e orar à Virgem que cinge a Coroa destes Reinos para no-la defenda da cobiça e da inveja dos estranhos. Esta festa sagrada e grandiosa pela sua significação é apenas – um Protesto e um Aviso*”:

Em 24 de Fevereiro, novo protesto da Comissão saiu à rua, sendo enviado a todas edilidades do país. À empresa Diário de Notícias deveu-se a composição e impressão gratuita de cinco mil exemplares do protesto e

trezentos e cinquenta circulares, que o acompanhavam. As respostas das Câmaras Municipais não se fizeram esperar, sempre acompanhadas de palavras entusiastas. Lisboa, Elvas, Tomar, Amarante, Braga, Coimbra, Leiria, Guimarães, Vila Real de Santo António, Beja, Guarda, Lamego, Cascais, Estremoz, Loulé, Lagos e Barcelos foram algumas das localidades que responderam e que bem demonstraram a solidariedade de Norte a Sul para o Protesto da Comissão.

Entretanto, a 8 de Maio de 1869, foram aprovados os Estatutos da Comissão, em Assembleia Geral. Desse modo, eram fins da Associação: *“Art.20º - 1º - Solenizar o aniversário da gloriosa Restauração de Portugal no 1º de Dezembro de cada ano; 2º - Erigir na capital um Monumento comemorativo aos que tomaram a iniciativa daquele ilustre feito; 3- Empregar todos os meios legais que forem julgados conducentes à manutenção da Independência Nacional, de acordo com o manifesto e circular da mesma Comissão publicados em 25 de Agosto e 30 de Setembro de 1861, os quais ficam fazendo parte destes estatutos.”*(64)

Até Outubro desse ano, recebeu ainda a Comissão 149 respostas ao protesto, das Câmaras Municipais.

Na sessão de 9 de Outubro, os membros da Comissão congratulam-se com a carta de D.Luis, em que afirmava “nasci portuguez e portuguez hei-de morrer”, publicada no Diário do Governo e que desmentia assim as incorrectas afirmações publicadas pela imprensa espanhola.

A 28 de Maio de 1870 o Coronel Abreu Viana propôs o estudo da maneira de se erigir em Lisboa um Monumento aos Restauradores, ideia que a Comissão já perseguia há alguns anos.

A 4 de Junho iniciaram-se conversações com o Duque de Saldanha, Chefe do Governo, incitando à comissão a emergência do rearmamento do Exército. Redigiu então a Comissão uma Mensagem. Ao fim de vários encontros, a Comissão de Saldanha uma carta datada de 15 de Julho em que prometia renovações no Exército e na Defesa.

Entretanto, as pressões sobre D.Fernando para que o Príncipe aceitasse a Coroa espanhola aumentaram e, a 20 de Agosto, a comissão publicou outro manifesto que, de novo recebeu o apoio do Diário de Notícias para a sua impressão.

Em 1871, pediu a Comissão ao Ministério da Guerra o empréstimo de carabinas para o ensino dos alunos do Colégio-Liceu (que, ao tempo, funcionava no Palácio Almada), que lhe foi concedido. Dizia o então Ministro da Guerra, Morais Rêgo, que: *“Ihe foi muito agradável ver a dedicação patriótica com que a Comissão Central 1º de Dezembro trata da educação física e moral da mocidade, e nada descuro, pela defesa da Independência de Portugal.”*(65)

Voltando ao Monumento a 1640, foi entretanto abandonada a ideia dele ser erigido no terreiro fronteiro ao Palácio Almada (apesar de, para o efeito, ter sido formada uma semi-elipse contornada por gradeamento).

A Comissão promoveu então uma subscrição nacional em Portugal e no Brasil. Assim, em 1875, assentaram o local para a construção do Monumento – o passeio público. Recebeu o apoio do Barão de Mendonça, Presidente da Câmara de Lisboa para esse empenhamento e foi colocada a primeira pedra em 1 de Dezembro desse ano. Vários projectos surgiram entretanto até à escolha definitiva. Por seu lado, também a subscrição nacional foi continuando.

Entretanto, as inundações fizeram muitas vítimas em 1876 e a Comissão conseguiu importante verba uma subscrição feita no Brasil (240500\$000 réis) para aliviar as vítimas da catástrofe.

Em 31 de Janeiro de 1880, novos corpos gerentes foram eleitos ficando então Presidente da Comissão o Conselheiro António Maria Fontes Pereira de Melo.

As comemorações da Restauração desse ano de 1880 foram ainda mais brilhantes devido à Pastoral do Cardeal Patriarca de Lisboa, Ignácio I, de um cunho vincamente patriota, em que determinou que tanto na Sé como em todas as igrejas paroquiais e conventuais fosse celebrado um solene Te Deum em Acção de Graças pela Restauração, permanentemente no dia 1º de Dezembro de cada ano, bem como que cada igreja nesse dia fosse iluminada na sua frontaria e que os sinos das igrejas repicassem três vezes ao romper do dia, ao meio-dia e à noite.

A 28 de Janeiro de 1882, decidiu a Comissão editar um livro – “Restauração de Portugal no 1º de Dezembro de 1640”. Foram continuando os trabalhos de construção e escultura do Monumento aos Restauradores. As comemorações de 1885 contaram, pela primeira vez, com a presença da Família Real, que assistiu a uma Récita de Gala no Teatro D. Maria II. Ao Te Deum da Sé assistira o Cardeal Patriarca.

No Diário do Governo de 27 de Abril do ano seguinte, José Luciano de Castro aprovou o programa de inauguração do Monumento. Assim, a 28 de Abril de 1886, pelas 16 horas, foi inaugurado o Monumento aos Restauradores de 1640. Um Regimento de Infantaria com a respectiva Banda, formava a guarda de honra enquanto que o Rei era acompanhado por um esquadrão de Cavalaria. Com a presença de toda a Família Real, foi então inaugurado com pompa e brilho o Monumento que, durante mais de vinte anos, se propusera erigir a Comissão Central 1º de Dezembro, agora presidida pelo Conselheiro Fontes Pereira de Melo.

Da Comissão 1º de Dezembro à Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Ao longo dos anos continuou a Comissão Central do 1º de Dezembro as suas actividades, concentrando individualidades importantes da sociedade portuguesa e comemorando com mais ou menos pompa o aniversário da Restauração.

Em 1927 decide a Comissão alterar o seu nome para Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Os seus estatutos foram publicados no Diário do Governo a 13 de Setembro desse ano, tendo como fins comemorar as grandes datas nacionais, especialmente a da Fundação e a Restauração, desenvolver o culto do amor da Pátria e cooperar com o Governo na defesa dos direitos do país. A bandeira escolhida foi verde com a cruz de Cristo ao centro, que ainda hoje se mantém. A sede ficou a ser o Palácio do Largo de S.Domingos.

Em 1935 a Sociedade Histórica desenvolveu a ideia da compra do Palácio Almada, lançando uma subscrição nacional para esse efeito. Importante papel nesse projecto teve a comunidade portuguesa no Brasil.

Em 1939, foi então o Palácio adquirido e doado ao Estado. A partir daí, foi entregue à Sociedade Histórica e à Mocidade Portuguesa que aí ficam até 1974. Com a Revolução a Mocidade foi extinta. Passado pouco tempo, o edifício foi ocupado quase na sua totalidade pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ficando a Sociedade Histórica restringida a três salas.

Com o considerável papel de Carlos Vieira da Rocha, entre 1978 e 1986 (tendo sido presidente da Direcção da SHIP a partir de 1981), a Sociedade Histórica foi então adquirindo apoios pecuniários. Passaram então a ser editados novos números da revista “Independência”. Por outro lado os sócios passam de 50 a 830, em 1986(66). A Carlos Vieira da Rocha sucedeu na Presidência da Direcção Manuel Themudo Barata, General do Exército Português, tem levado a cabo obra notável, alargando a acção da Sociedade Histórica ao meio cultural português.

Em 1983, por despacho do Secretário de Estado das Finanças o Palácio foi cedido na sua totalidade á Sociedade Histórica e, em 1987, por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, ficou em posse das áreas comuns, iniciando por essa altura algumas obras. A Associação dos Deficientes das Forças Armadas vem a abandonar o Palácio em 1993.

Desde 1977 o Coronel Engenheiro Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos evidenciou-se como um sócio empenhadíssimo e dedicado, devendo-se a ele a entrada do Palácio em tempos conturbados da Revolução. Na sua qualidade de grande benemérito instituiu o Prémio Aboim Sande Lemos – Identidade Lusíada 1987 que pretende homenagear

figuras ou instituições que se evidenciem em Ciências Humanas, Artes e Feitos Excepcionais e das Ciências da Natureza, Técnicas e Tecnológicas. A par deste foram igualmente criados os Prémios Imprensa Regional, Monografia e Livro.

A partir de 1981, sendo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno Krus Abecassis, é colocado um palanque na Praça dos Restauradores, destinado a altas entidades e sócios da Sociedade Histórica para as cerimónias das Comemorações do 1º de Dezembro. Também, durante alguns anos, os Chefes de Estado tem visitado o Palácio nesse dia, e assinado o respectivo Livro de Honra.

A Sociedade Histórica tem como símbolos a bandeira, o emblema e o braço. A bandeira é verde com a cruz de Cristo ao centro. O emblema é uma placa de ouro em forma de sol, com oito raios intervalados de oito menores, também em ouro. Ao centro um círculo branco tem uma legenda – “Pró-Portugal” - , sobre duas palmas de louro cruzadas em ouro. Este emblema foi aprovado por decreto lei de 6 de Agosto de 1890 (67). O braço é um escudo de tipo francês em prata, com cinco escudetes de azul em cruz, com cinco besantes de prata cada um. A bordadura, de vermelho com sete castelos em ouro. O timbre é um elmo aberto em ouro, encimado por coroa real, sob um dragão de ouro. O escudo é ornado por paquife em azul e prata.

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal é condecorada como grande oficial da Ordem Militar de Cristo, Medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal de Lisboa (1986), Ordem do Infante D. Henrique (1991) e é pessoa colectiva de utilidade pública, desde 20 de Outubro de 1987.

NOTAS

- 1- Dornelas, Afonso de, “Os Almadás na História de Portugal” in “Independência”, pub. SHIP, Lisboa, Dezembro de 1941, p.78.
- 2 – Idem, p. 78.
- 3 – Lopes, Fernão, “Chronica d’El-Rei D. João I” Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa vol. V p. 20.
- 4 – Dornelas, Afonso de, ob. cit., p. 82.
- 5 – Idem, p. 83.
- 6 – Idem, p. 87.
- 7- Arquivo da Casa Almada.
- 8 – Arquivo da Casa Almada, também referenciado em Macedo, Luis Pastor de, ob. cit., p. 128.
- 9 – Arquivo da Casa Almada.
- 10 – Ferrão, António, “A perda da Independência e a Restauração de 1640. As lições da História”, in “Anais da SHIP”, Lisboa 1931, p. 7 – 63.
- 11 – Menezes, D. Luis de (Conde da Ericeira), “História de Portugal Restaurado”, Liv. Civilização, Porto, 1945, p. 102.
- 12 – Serrão, Joaquim Veríssimo, “História de Portugal”, Ed. Verbo, Lisboa, 1982, vol. V, p. 14.
- 13 – Menezes, D. Luis de, ob. cit., p. 104.
- 14 – Martins, Rocha, “Os grandes vultos da Restauração de Portugal”, Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1940, p. 82.
- 15 – Gama, Eurico, “Encontra-se no Museu de Elvas a lápide que cobria a sepultura de D.Antão de Almada” in “Independência”, publ.SHIP, Lisboa, Ano XXVII, nº 38, p.43.
- 16 – Menezes, D. Luis, ob. cit., p.111.
- 17 – Silva, Luis A. Rebello da, “História de Portugal nos séculos XVII e XVIII”, Imp. Nacional, Lisboa, 1869, tomo IV, p.141.
- 18 – Menezes, D. Luis de, ob. cit., p. 107.
- 19 – Silva, Luis A. Rebello, ob.cit., p. 169.
- 20 – Dornelas, Afonso de, ob.cit., p. 93.
- 21 – Arquivo da Casa Almada.
- 22 - Arquivo da Casa Almada.
- 23 – Macedo, Luis Pastor de, ob.cit. p. 146/7.
- 24 – Idem, p. 148.
- 25 – Poucos anos antes da reintegração do Palácio, reconhecia-se perfeitamente que o gradeamento da referida janela fora retirado e outra vez colocado.
- 26 – Morador no que vem a ser o Palácio Alverca, actual Casa do Alentejo.
- 27 - Arquivo da Casa Almada.
- 28 – Macedo, Luis Pastor de, ob.cit., p. 153.

29 – Amorim, Francisco Gomes de, “Memórias biográficas de Garrett” 1933, vol. II, p. 20, também em Lima, Henrique Campos F., “Garrett diplomata” Porto, 1932, p. 16.

30 – Macedo, Luis Pastor de, ob. cit., p.157.

31 – Idem, p. 157.

32 – Mario, João Paulo Freire, ob. cit., vol. II, p. 27.

33 – Macedo, Luis Pastor de, ob. cit. p. 157.

34 – Idem, p. 158.

35 – Ibidem.

36 – Ibidem

37 - Ibidem e Sousa, Teixeira de, “Para a História da Revolução”, Liv. Moura Marques e Paraísos, Coimbra, 1912, vol. II, p.459 a 468.

38 – Macedo, Luis Pastor de, ob. cit., p.158, confirmado também em Leitão, Joaquim, “La Revolution Portugueza”, vol.I, p.108.

39 – Todos estes dados segundo documentação do Arquivo da Casa Almada.

40 – Mario, João Paulo Freire, ob. cit. vol. II, p. 33 a 35.

41 – Idem, vol I, p. 131.

42 – Barbosa, I. de Vilhena, in. “Arquivo Pithoresco”, 1864, tomo VII, p. 362.

43 – Macedo, Luis Pastor de, ob.cit., p. 160.

44 – Araújo, Norberto de, “Peregrinações em Lisboa”, Lisboa, Livro IV, p. 12.

45 – Note-se que em vários documentos é referido um poço com nora nos jardins do Palácio, junto á muralha fernandina.

46 – Silva, A. Vieira da, “A cerca fernandina de Lisboa”. Lisboa, 1987, vol. I, p.87.

47 – Oliveira, Frei Nicolau de, “Livro das Grandezas de Lisboa”, Lisboa, 1804, p. 220.

48 – Silva, A. Vieira da, ob. cit., vol. I , p. 25.

49 – Idem, p. 90.

50 – Ibidem.

51 – Oliveira, E. F. de, “Elementos para o estudo do Município de Lisboa”, vol. I, p. 259, 291, 295, 316.

52 – Castilho, Júlio de, “Lisboa antiga”, vol IV p. 254.

53 – Oliveira. E.F., ob. cit., vol. III, p. 167.

54 – Idem, vol. V, p. 202.

55 – Conceição, Frei Apollinário, “Demonstraçam ...”, 1750, p. 193.

56 – Castro, Padre João Bautista de, “Mappa de Portugal” 1763, tomo III, parte V, p. 78.

57 – Catroga, Fernando, “Nacionalismo e Ecumenismo ...” in “Cultura – História e Filosofia” Lisboa, 1985, vol IV, p. 424/5.

58 – Idem, p. 422.

- 59 – Idem, p. 423.
- 60 – Martins, Oliveira, “Portugal Contemporâneo, Guimarães ed., Lisboa, 1977, vol. II, p. 297.
- 61 – Catroga, Fernando, ob. cit. p. 431.
- 62 – Nogueira, A. Franco, “As crises e os homens”, Liv. Bertrand, Lisboa, 1971, p. 288.
- 63 – Costa, E. A. Ramos da, “História da Sociedade Histórica ...”, Lisboa, 1940, p. 18.
- 64 – Idem, p. 28/29.
- 65 - Idem p. 53.
- 66 – Rocha, Carlos Vieira da, “Anuário da SHIP”. 1978 – 5 Fev. 1987”, Lisboa, 1998, p. 14.
- 67 – Idem, p. 67.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo da Casa Almada.

Caixa 17/51 do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Fontes impressas

Araújo, Norberto de, “Inventário de Lisboa” ed. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1946, fasc.IV.

Araújo, Norberto de, e Pereira, António Maria, “Peregrinações em Lisboa”, s.d., livro XII (p.p. 81 a 83).

Castilho, Júlio de, “Lisboa antiga”, Lisboa, vol. IV.

Castro, Padre João Bautista de, “Mappa de Portugal”, 1763, tomo III, parte V.

Catroga, Fernando, “Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX”. In “Cultura – História e Filosofia” Lisboa, 1985, vol. IV.

Costa, E.A .Ramos da, “História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal (de 1861 a 1940), Lisboa, 1940.

Conceição, Frei Apollinario, “Demonstraçam ...” 1750.

Dornelas, Afonso de, “Os Almadás na História de Portugal” in “Independência”, publ. SHIP, ano II, nº 2, Dezembro de 1941.

(Mário), João Paulo Freire, e Pereira, António Maria, “Lisboa do meu tempo e do passado”, Lisboa, 1931, vol. I, e 1932, vol. II.

Macedo, Luis Pastor de e Cavalheiro, António Rodrigues, “ O Palácio Almada” in “ Anais da Academia Portuguesa da História”, APH, Lisboa, 1944, vol. VIII..

Macedo, Luis Pastor de, e Araújo, Norberto de, ed. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1951.

Martins, Oliveira, “Portugal Contemporaneo”, Guimarães ed. Lisboa, 1977, vol. II.

Martins, Rocha, “Os grandes vultos da Restauração de Portugal”, ed. Empresa Nacional de Publicidade, 1940.

Meco, José, “A azulejaria do Palácio da Independência” in “Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa”, Lisboa, 1981.

Nogueira, A. Franco, “As Crises e os Homens”, liv. Bertrand, Lisboa, 1971
Rocha, Carlos Vieira da, “Anuário da SHIP. 1978 – 5 Fev. 1987”, SHIP, Lisboa, 1998.

Oliveira, E. F. de, “Elementos para o estudo do Município de Lisboa”, Lisboa, vol. I.

Oliveira, Frei Nicolau de, “Livro das Grandezas de Lisboa”, Lisboa, 1804.

Sampaio, Jorge Pereira de, “Casas com Tradição em Portugal”, ed. Estar, Lisboa, 1998.

Sampaio, Jorge Pereira de, “O Palácio da Independência”, SHIP, Lisboa, 1988.

Silva, A. Vieira da, “A cerca fernandina de Lisboa”, Lisboa, 1987, vol I e II.
Serrão, Joaquim Veríssimo, “História de Portugal, Verbo, Lisboa, 1989, vol IX.

Serrão, Joel, “Dicionário da História de Portugal”, liv. Figueirinhas, Porto, 1985, vol III.

Vasconcelos, J. A. Pestana de “A oferta do Palácio da Independência ao Estado pela Colónia Portuguesa do Brasil” in “Independência” Ano I, nº I, Dezembro de 1940.